



S
SUL

Diagnóstico

*de capacidades e
necessidades municipais*

em Proteção e Defesa Civil



Projeto ELOS



Cemaden
Centro Nacional de Monitoramento
e Alertas de Desastres Naturais



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional.
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
Diagnóstico de capacidades e necessidades
municipais em proteção e defesa civil [livro
eletrônico] : região sul / coordenação Victor
Marchezini. -- Brasília, DF : Ministério do
Desenvolvimento Regional : Secretaria Nacional
de Proteção e Defesa Civil, 2021.
PDF.

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-84510-07-4

1. Administração pública - Brasil 2. Brasil,
Sul 3. Defesa civil e gerenciamento de desastres e
crises 4. Desastres ambientais 5. Desastres
socioambientais I. Marchezini, Victor. II. Título.

21-84905

CDD-350

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. Gerenciamento de desastres e crises :
Administração pública 350

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Diagnóstico

*de capacidades e
necessidades municipais*

em Proteção e Defesa Civil



Projeto ELOS



Cemaden
Centro Nacional de Monitoramento
e Alertas de Desastres Naturais



PIN
UID



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

EQUIPE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC

Alexandre Lucas Alves
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Karine da Silva Lopes
Diretora do Departamento de Articulação e Gestão
Reinaldo Soares Estelles
*Coordenador-geral de Articulação do Sinpdec
e Coordenador do PCTI - BRA/12/017*
Cyntia da Silva Oliveira
Consultora Técnica-SEDEC

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD BRASIL

Katyna Argueta
Representante Residente
Carlos Arboleda
Representante Residente Adjunto
Maristela Baioni
Representante Residente Assistente para Programas
Moema Freire
*Coordenadora da Unidade de Governança
e Justiça para o Desenvolvimento*
Lídia Botelho
Gerente de Projeto
Graziela Silveira
Assistente de Programa

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS - CEMADEN

Victor Marchezini *Coordenação Geral*

Alice Dianezi Gambardella
Aline Silveira Viana
Aloisio Lelis de Paula
Carina Inácio Portela
Cristiane Pauletti
Eloisa Beling Loose
Fernanda Dalla Libera Damacena
Flávia Aragão
Francisca Leiliane Sousa de Oliveira
Henrique Almeida Forini
Iara Cunha Passos
Jose Antonio Marengo Orsini
Luciana de Resende Londe
Maria da Gloria Bonelli
Priscilla Braga Barreto
Rafaela Braga
Silvia Midori Saito
Thatyane Mônico Nascimento
Victor Marchezini
Marcia Godoy *Projeto gráfico*

REVISÃO TÉCNICA

Luciana de Resende Londe
Silvia Midori Saito
Victor Marchezini

AGRADECIMENTOS

O Projeto Elos agradece todas as defesas civis municipais e estaduais pelo apoio, participação e engajamento, que viabilizaram a concretização da presente pesquisa.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608/2012, traz em seu escopo as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, a fim de reduzir os riscos de desastres no país, conforme prevê o Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres (2015-2030).

Para tanto, foi fundamental realizar a Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil para conhecer as capacidades e necessidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, considerados os elos mais importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), tem lançado esforços nessa direção, em busca de melhor conhecer as estruturas dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, suas necessidades de capacitação, assim como os arranjos de governança do sistema do qual fazem parte, isto é, as articulações formais e informais criadas, com atores estatais e não-estatais, com o objetivo de fortalecer a capacidade local de gestão de riscos e desastres. Em um país de dimensão continental, as capacidades e necessidades podem variar de acordo com os biomas brasileiros e a diversidade regional, sendo fundamental considerá-los para o aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa civil.

O diagnóstico apresentado nesta publicação da Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil (Projeto Elos) foi desenvolvido no âmbito da Cooperação Técnica Internacional BRA/12/017

– Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com execução nacional da SEDEC. A sua implementação foi realizada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A equipe do Projeto Elos, composta por profissionais de distintas formações e provenientes de diferentes regiões do Brasil, proporcionou uma visão multidisciplinar sobre o tema, enriquecida pelos saberes, conhecimentos e experiências de diversos atores que fizeram parte desta pesquisa.

Esta publicação apresenta resultados inéditos sobre as necessidades e capacidades dos órgãos de proteção e defesa civil, organizados pelos eixos de estruturação, capacitação e governança. A partir desse diagnóstico, desenvolvido com embasamento técnico-científico, será possível elaborar uma proposta para fortalecer a implementação da PNPDEC nos municípios brasileiros, os elos fundamentais do SINPDEC. Os resultados alcançados nesta pesquisa poderão apoiar o aprimoramento da política pública, adequada às realidades locais e regionais, e consolidar cada vez mais uma cultura de gestão de risco no Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEDEC)

Apresentação

CBO Classificação Brasileira de Ocupações

Cemaden Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

Cenad Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

CEPED Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

Cobrade Classificação e Codificação Brasileira de Desastres

COMPDEC Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

CONMPDEC Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPDC Cartão de Pagamento de Defesa Civil

CPRM Serviço Geológico do Brasil

ECP Estado de Calamidade Pública

EPI Equipamento de Proteção Individual

FOFA Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

GRD Gestão de Risco e Desastres

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IPCC Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, sigla em inglês

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA Lei Orçamentária Anual

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MDR Ministério do Desenvolvimento Regional

NUPDEC Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil

NEB Nordeste do Brasil

ONG Organização Não Governamental

RRD Redução de Risco de Desastres

SMS Serviço de Mensagens Curtas, sigla em inglês

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PNPDEC Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA Plano Plurianual

PPRA Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

S2iD Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SE Situação de Emergência

SEDEC Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

SINPDEC Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta os resultados obtidos pela pesquisa municipal em proteção e defesa civil para a Região Sul do Brasil, desenvolvida no âmbito do Projeto BRA/12/017 - Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil. Esta pesquisa contou com a participação de 569 defesas civis municipais dos estados de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujas capacidades e necessidades foram analisadas considerando três eixos: estruturação, que compreende os recursos materiais, organizacionais, financeiros e tecnológicos; capacitação, que se refere às necessidades de formação, de habilidades e competências, para o aprimoramento das capacidades organizacionais e técnicas; e governança, definida pelos mecanismos formais e informais de participação e coordenação de atores estatais e não-estatais. A análise foi desenvolvida a partir da aplicação de questionário online, entrevistas e grupos focais, realizada no período entre 2 de fevereiro e 26 de maio de 2021. A partir da triangulação dos dados advindos dos instrumentos de pesquisa foi possível constatar que 76% dos respondentes atuam como coordenador e 44% têm curso superior; 62% das defesas civis estão vinculadas ao gabinete do (a) prefeito (a); 71% não possuem telefone fixo exclusivo da defesa civil; 47% se sentem pouco capacitadas para fiscalizar áreas de risco, sendo este o maior desafio identificado por 27% dos participantes; 27% não têm cartão de pagamento de defesa civil; 20% afirmam que não há a comunicação com a imprensa local; ainda há necessidade de fortalecer a participação social e os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. As duas prioridades identificadas na pesquisa estão relacionadas à transferência de recursos de operacionalização da defesa civil e à criação de estratégias nacionais envolvendo União, Estado e municípios.



p.07 Introdução

p.13 Métodos

**p.15 Capacidades e necessidades
das defesas civis municipais**

p.20 Estruturação

p.27 Governança

p.36 Capacitação

p.43 Sonhos, desafios e proposições

p.54 Conclusão

p.56 Referências Bibliográficas

A REGIÃO SUL É A MENOR DO PAÍS
EM EXTENSÃO TERRITORIAL

919

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
(ATÉ 20 MIL HABITANTES),
DOS QUAIS 91,6% DISPÕEM DE
COORDENADORIA MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
(IBGE, 2019)

Introdução

A Região Sul é composta pelos estados de Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). A sua extensão territorial é de 576.736,819 km², correspondendo a 6,8% do território nacional (IBGE, 2019). Trata-se da menor região do país em extensão territorial e a terceira mais populosa (IBGE, 2010).

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais-MUNIC (IBGE, 2019) aponta que a Região Sul possui 919 municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes). Deste conjunto, 842 (91,6%) dispõem de Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e 430 (46,8%) afirmam ter Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (CONMPDEC).

Dentre os 219 municípios de médio porte (até 100 mil habitantes), 214 (97,7%) possuem COMPDEC e 89 (40,6%) CONMPDECs. Os municípios de grande porte (com mais de 100 mil habitantes), totalizam 53 municípios e dispõem de elevadas proporção de defesas civis (98,1%) e, ao mesmo tempo, menor proporção de conselhos (39,6%) se comparados aos municípios de porte pequeno e médio (IBGE, 2019).

A ocorrência de desastres tem ocasionado prejuízos significativos no Brasil. De acordo com o relatório produzido pelo CEPED-UFSC, com o apoio do Banco Mundial (2020), nas últimas décadas houve um prejuízo econômico de R\$333,36 bilhões decorrentes de desastres ocorridos no território brasileiro. O referido relatório aponta que a Região Sul apresenta o segundo maior valor em perdas, em aproximadamente R\$87,2 bilhões (26,2%), relativas aos danos materiais e prejuízos causados por desastres socionaturais.

Conforme análise de dados do Sistema Integrado de Informações de Desastres (S2ID), para o período compreendido entre 2013 e 2020 contabilizaram-se 3.305 registros de decretação de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) na Região Sul, com 1.027 municípios afetados (SEDEC, 2021). A maior parte dos registros corresponde a tempestades locais/convectivas (31,1%), doenças infecciosas virais (22,2%) e estiagens (21,8%). Ainda, para este mesmo período, de acordo com dados extraídos de Relatórios de Danos Informados (também disponíveis no S2ID), foram informados 17,2 milhões de afetados, sendo 569 mortos, 37.595 enfermos e feridos, além de 596.142 desalojados.



DE ACORDO COM O BANCO MUNDIAL (2020), ENTRE 1995-2019, A REGIÃO SUL TEVE PREJUÍZOS ECONÔMICOS CAUSADOS POR DESASTRES EM TORNO DE

R\$ 87,2 bilhões



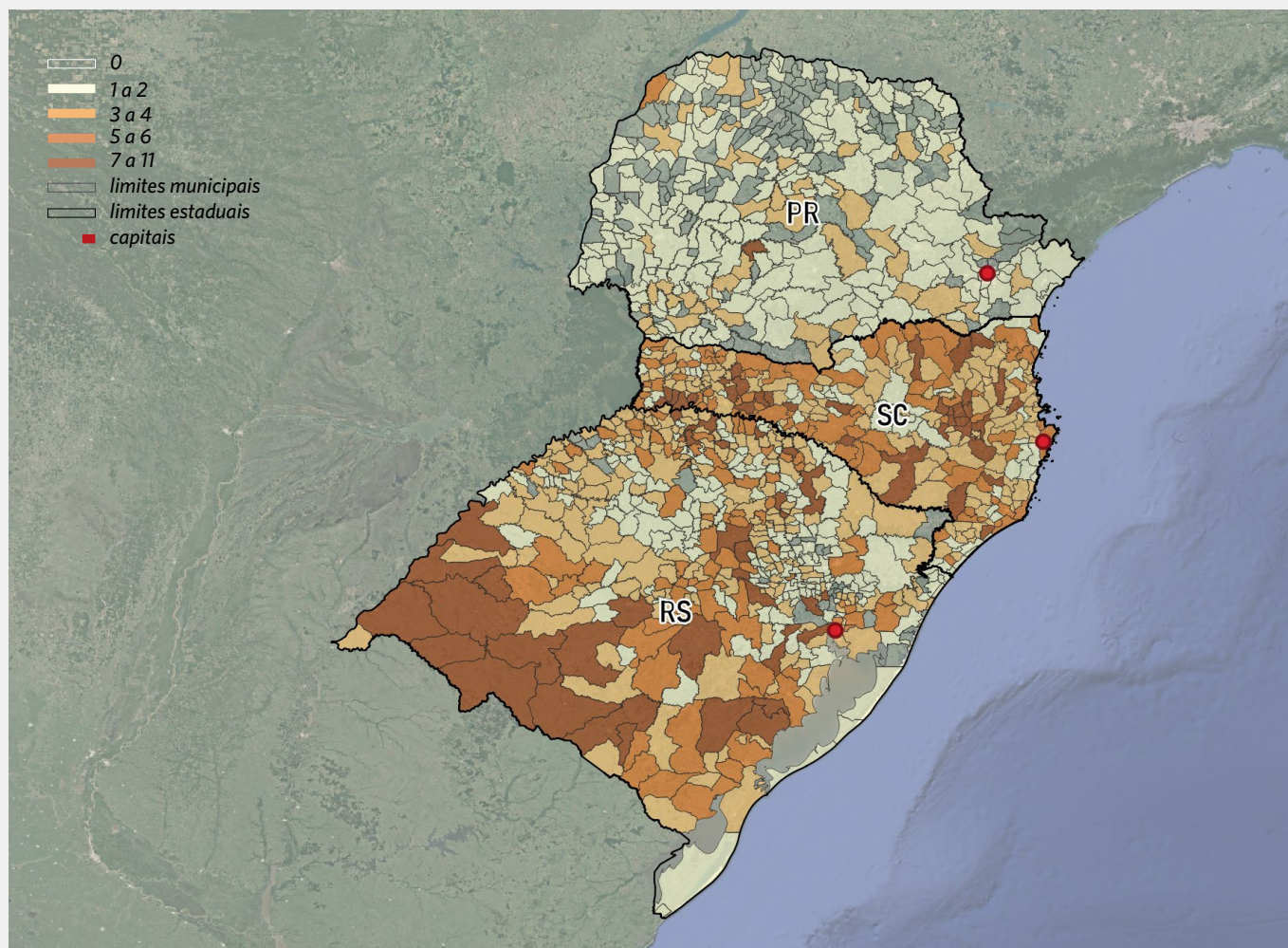
3.305

REGISTROS DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (SE) E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA (ECP) ENTRE 2013 E 2020

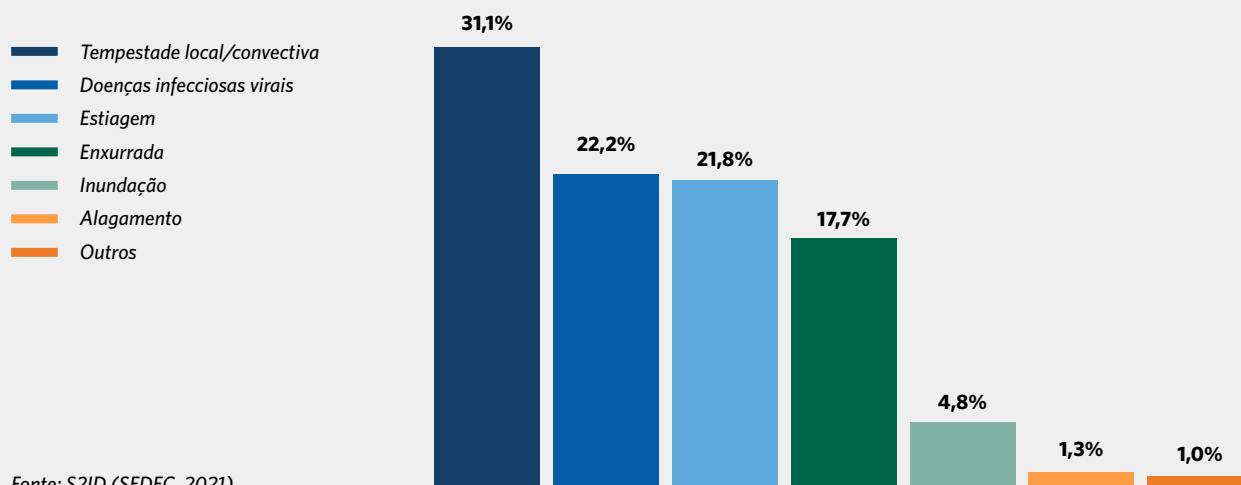
1.027

MUNICÍPIOS AFETADOS EM DESASTRES ENTRE 2013 E 2020

RECONHECIMENTOS DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (SE) E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA (ECP)
REGIÃO SUL - 2013 A 2020. FONTE: S2ID (SEDEC, 2021)



**SE/ECP POR TIPOS
 DE DESASTRES**
Classificação Cobrade



Fonte: S2ID (SEDEC, 2021).

O Anuário Brasileiro de Desastres Naturais referente ao ano de 2013 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014), também ressalta que a região é frequentemente afetada por alagamentos, inundações bruscas e graduais, deslizamentos, estiagens, vendavais, tornados, nevoeiros e ressacas. Em relação a estas ameaças, a setorização de risco geológico realizada pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) identifica áreas ocupadas que estejam em situação de perigo, perda ou dano devido à possibilidade de

ocorrência de processos geológicos. Com base em dados disponíveis no portal Prevenção de Desastres da CPRM (2021), foram mapeados 400 municípios na Região Sul, dos quais 369 apresentam áreas avaliadas com risco alto ou muito alto, ocupadas por 776 mil pessoas. Estes mapeamentos da CPRM também subsidiam ações de monitoramento, a exemplo do que vem sendo realizado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Até dezembro de 2020, o Cemaden monitorava 154 municípios da Região Sul que apresentavam áreas de risco de inundação e/ou de deslizamentos.

Deslizamento em
Guaramirim, SC.
Crédito: Defesa Civil
de Santa Catarina



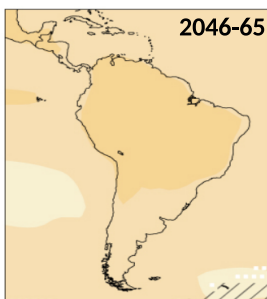
Mudanças climáticas e desastres no Brasil

O aumento gradual do aquecimento global ao longo deste século deve intensificar progressivamente a incidência de chuvas extremas e de períodos secos em todo o Brasil (MAGRIN et al., 2014). As projeções climáticas até 2100 apontam reduções sazonais de chuvas no leste da Amazônia, Nordeste e em parte da Região Centro - Oeste, que junto com aumento das temperaturas poderá elevar o déficit hídrico nestas regiões.

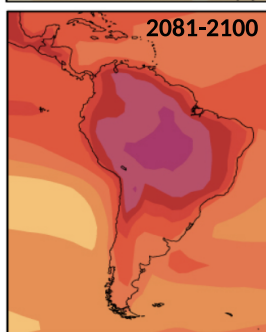
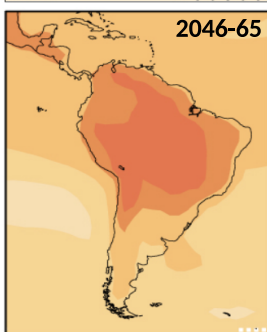
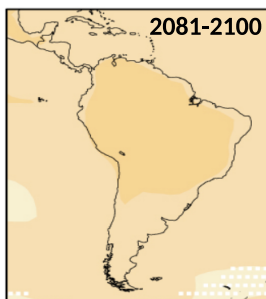
No caso de secas, uma das regiões afetadas no presente e possivelmente no futuro é o Nordeste. Esta região é particularmente vulnerável à seca e o recente evento, entre 2012 e 2018, mostrou que políticas de adaptação são urgentes e necessárias para o alívio da pobreza (BRITO et al., 2017; MARENGO et al., 2017, 2018). Historicamente, durante os períodos de seca extrema, a segurança alimentar nas terras do semiárido do Nordeste está sob grave risco devido ao colapso agrícola.

TEMPERATURA MÉDIA ANUAL

Meados Século XXI

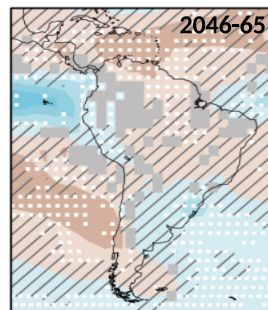


Finais Século XXI

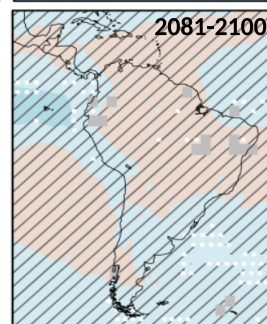
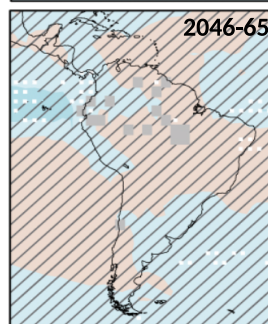
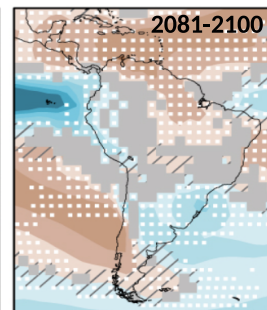


CHUVA MÉDIA ANUAL (%)

Meados Século XXI



Finais Século XXI



DIREITA:

Projeções de mudanças de temperatura e chuvas na região tropical da América do Sul publicadas no 5º Relatório do IPCC para 2046-2065 e 2081-2100, com cenários de baixas e altas emissões, relativos ao período de 1981-2010.

ESQUERDA:

Projeções de mudanças de temperatura até 2100 para os vários cenários de emissões do 5º Relatório do IPCC para a Amazônia (MAGRIN et al., 2014).

Essa região está sujeita a secas recorrentes, com fortes impactos principalmente sobre a população mais vulnerável.

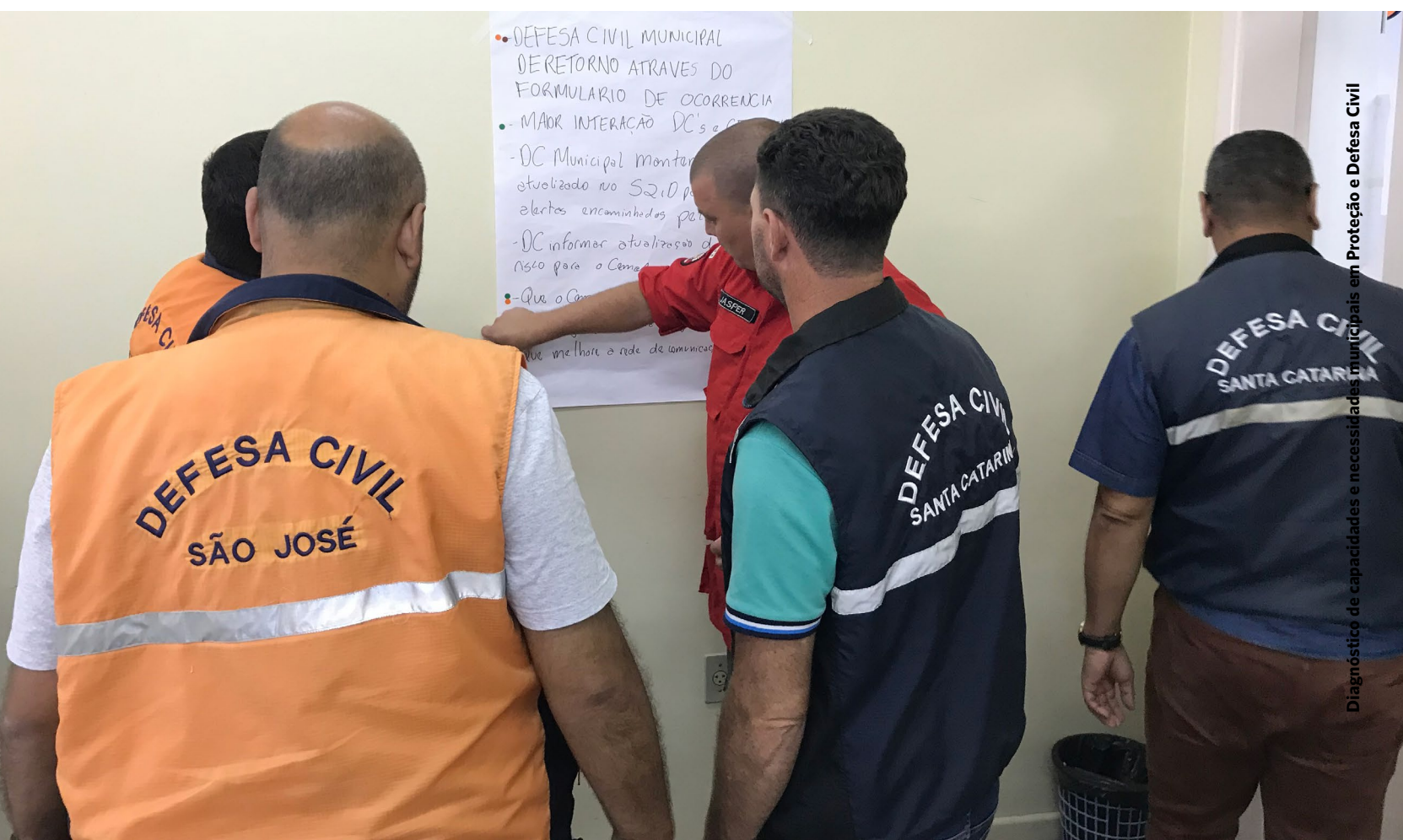
Extremos de chuvas nas regiões Sul e Sudeste e na faixa leste do Nordeste, onde ficam os maiores centros urbanos e se concentram mais de dois terços da população do Brasil, podem aumentar o risco de deslizamentos de terras e inundações bruscas. As secas já

foram registradas em períodos recentes na Amazônia (2005, 2010, 2016), Pantanal (2019, 2020, 2021), nas regiões Sul (2019-2021), Sudeste (2001, 2013, e 2021) e Nordeste (2012-2018). Estudos reportados pelo IPCC (2013, 2018) mostram a possibilidade de eventos extremos de chuva e secas se tornarem mais frequentes e intensos no futuro, caso o aquecimento aumente até o final deste século.

Diante desses inúmeros cenários de riscos e histórico de desastres, é fundamental analisar as capacidades e necessidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, os elos mais importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A próxima seção apresenta os instrumentos utilizados de acordo com os três eixos analisados: estruturação, governança e capacitação.

Grupo de trabalho durante seminário em Palhoça, SC.
Crédito: Sílvia Saito

12



PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA
FORAM DESENVOLVIDOS

3
instrumentos

Métodos

Para a realização da pesquisa de capacidades e necessidades municipais de Proteção e Defesa Civil, nas áreas de estruturação, capacitação e governança, foram desenvolvidos três principais instrumentos:



QUESTIONÁRIO ONLINE

O questionário online constituiu a ferramenta base para o levantamento de dados quantitativos sobre as capacidades e necessidades municipais na área de Proteção e Defesa Civil. Foi o método de coleta de informação com a amostra de maior quantidade de pesquisados e, por conseguinte, de maior representatividade.

O questionário teve como objetivo coletar dados sobre:

- i)** Perfil do agente municipal de proteção e defesa civil;
- ii)** Estrutura disponível para ações locais em proteção e defesa civil;
- iii)** Conhecimento, capacidades e principais necessidades de capacitação dos agentes municipais; e,
- iv)** Governança.



ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Entrevistas individuais em profundidade, de caráter semiestruturado, dirigidas a agentes municipais de proteção e defesa civil. Este instrumento permitiu um detalhamento e aprofundamento nos temas-chave desta pesquisa, bem como complementou a análise dos dados quantitativos dos questionários online.

A escolha dos municípios para as entrevistas considerou:

- i)** Diferentes pontuações do Índice Municipal de Risco de Desastres Ajustado por Capacidades, da SEDEC;
- ii)** Histórico de decretação de SE e ECP entre 2003 e 2017;
- iii)** Distribuição geográfica dos municípios por tipo de bioma;
- iv)** Diferentes portes populacionais; e
- v)** Tipos de ameaças.



GRUPOS FOCAIS

Os grupos focais foram um espaço direto de participação dos representantes e técnicos dos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil. Da mesma forma que as entrevistas, os grupos focais permitiram investigar, aprofundar e qualificar os dados e variáveis fornecidos pelo questionário. Porém, os grupos focais foram além das avaliações individuais geradas pelas entrevistas, e criaram espaços para a construção de entendimentos e consensos coletivos. Neste espaço, foi utilizada a matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) (em inglês, SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats*) para um diagnóstico coletivo das capacidades e necessidades municipais de cada região.

Capacidades e necessidades das defesas civis municipais

p.20 Estruturação

p.27 Governança

p.36 Capacitação

p.43 Sonhos, desafios e proposições

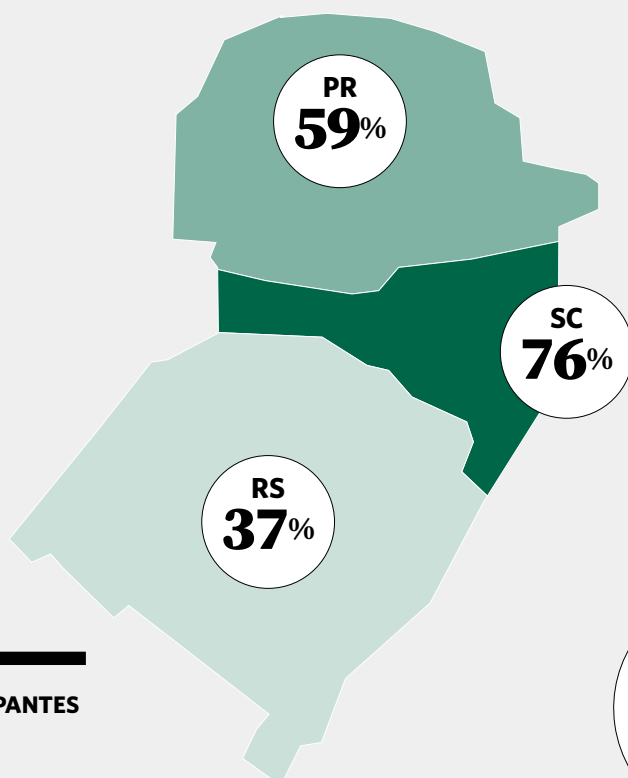
Os municípios da Região Sul foram convidados a participar da fase quantitativa da pesquisa pela SEDEC, por meio de preenchimento de questionário online. A busca por contatos das defesas civis municipais envolveu pesquisa nos sítios eletrônicos das defesas civis estaduais e das prefeituras, páginas de Facebook, Instagram, de contatos via aplicativos de mensagem (WhatsApp e Telegram), participação em eventos de defesas civis e de palestras no Canal do YouTube da Série de Debates Cemaden.

Adicionalmente foi solicitado apoio das Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil para que divulgassem o link do questionário online junto às defesas civis municipais. O objetivo de toda esta atividade operacional de pesquisa foi conseguir o maior número de municípios respondentes.

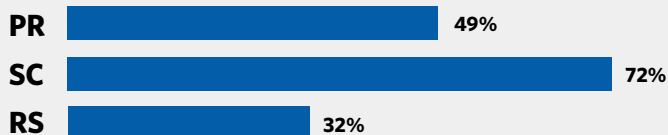
**VEJA NO CANAL
DO YOUTUBE
A SÉRIE DE
DEBATES DO
CEMADEN**

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE - REGIÃO SUL

**% MUNICÍPIOS
COM COMPDEC
RESPONDENTES
(IBGE, 2017)**



**% MUNICÍPIOS PARTICIPANTES
POR ESTADO**



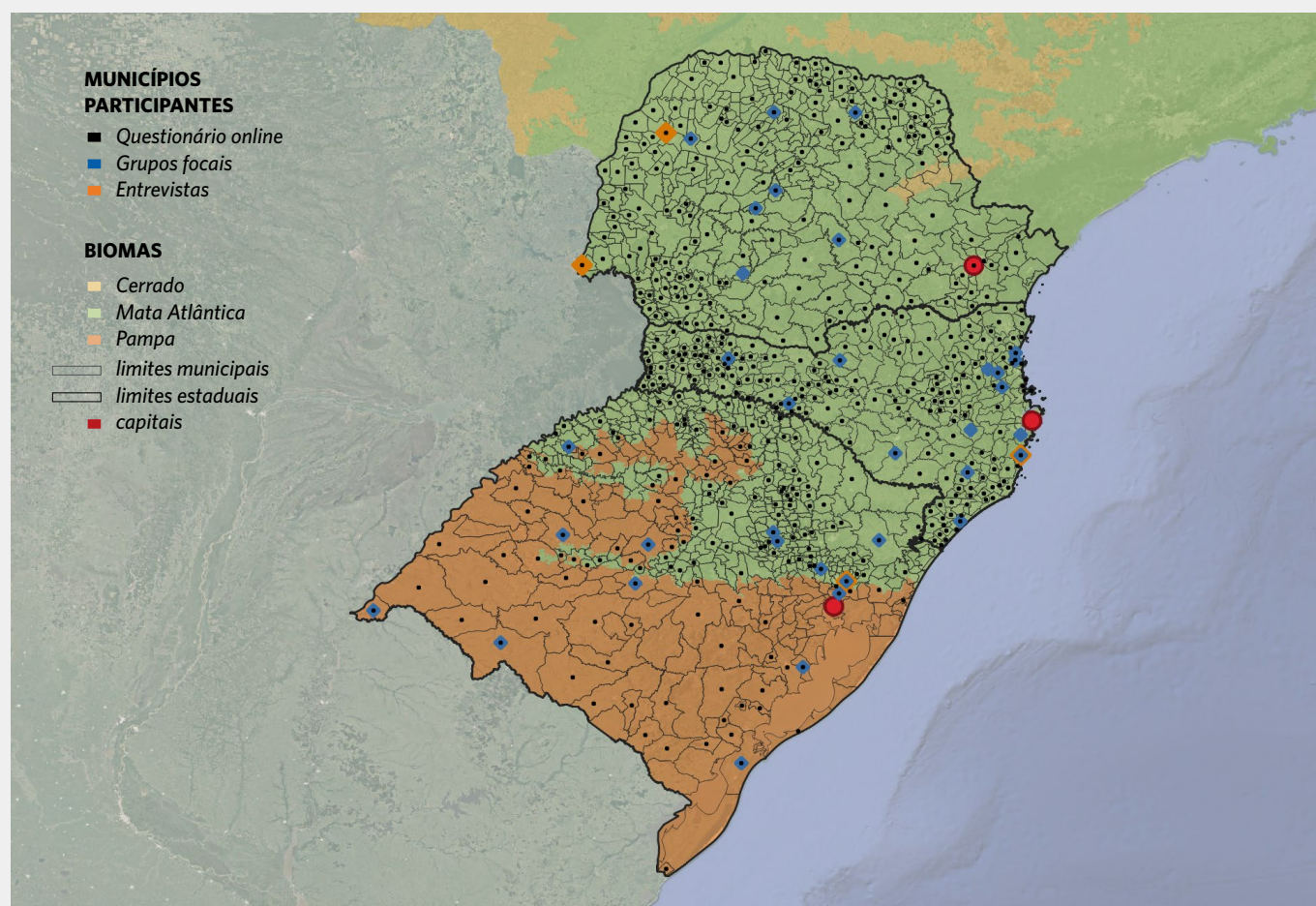
TOTAL DA REGIÃO



Para a etapa das entrevistas, foram selecionados três municípios, um de cada unidade federativa da Região Sul: Novo Hamburgo (RS), Garopaba (SC) e Umuarama (PR). Adicionalmente foi acrescentado o caso especial de Foz do Iguaçu (PR) por estar na área de fronteira e lidar com o risco associado ao rompimento de barragem.

Dois grupos focais foram realizados na Região Sul, com a participação de 35 municípios dos três estados. Os grupos focais foram realizados por plataforma online nos dias 6 e 8 de abril de 2021, contaram com a presença de 28 homens e nove mulheres. Os dois encontros virtuais permitiram o compartilhamento de experiências, sonhos em relação à defesa civil, desafios e propostas para superá-los.

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA PESQUISA NA REGIÃO SUL



A tabela a seguir apresenta a distribuição dos municípios participantes do questionário online segundo o porte populacional. Importante destacar que 72% dos municípios têm população de até 20.000 habitantes, caracterizando-se como de pequeno porte. Tal informação é relevante para associar com alguns resultados apresentados nas seções a seguir.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL

População estimada	Total de municípios participantes do questionário			
	Região Sul	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
Até 2.000 pessoas	27	2	14	11
De 2.001 a 5.000 pessoas	149	37	53	59
De 5.001 a 10.000 pessoas	124	50	31	43
De 10.001 a 20.000 pessoas	108	53	13	42
De 20.001 a 50.000 pessoas	90	29	27	34
De 50.001 a 100.000 pessoas	39	13	12	14
De 100.001 a 500.000 pessoas	29	11	11	7
Mais de 500.000 pessoas	3	2	0	1
Total	569	197	161	211

Fonte: IBGE, 2020.

O questionário online foi respondido por 569 participantes da Região Sul, com idade média de 42 anos. A análise dos dados mostrou o predomínio de respondentes do sexo masculino (77%) na região, assim como em todos os estados do Sul. Em relação à escolaridade, o predomínio foi de respondentes com nível superior (44%).

A maior parte dos respondentes atualmente é coordenador (a) da COMPDEC (76%). Quanto ao tempo na função atual, 38% responderam que estão de um a cinco anos e 30% registraram que estão em um período menor, de até seis meses. Outro aspecto que chama atenção na presente análise foi o predomínio de participantes com vínculo de servidor municipal (68%), proporção maior que a média nacional (57%).

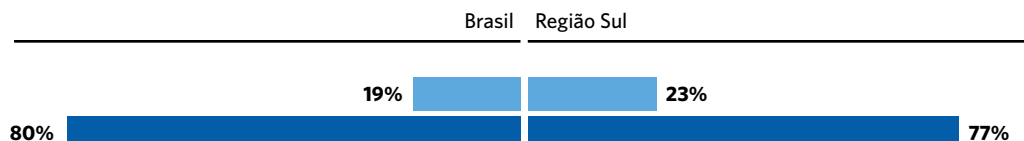
TÊM MAIS DE CINCO ANOS DE EXPERIÊNCIA EM DEFESA CIVIL

33%

68%

SÃO SERVIDORES MUNICIPAIS

PERFIL DOS RESPONDENTES DA REGIÃO SUL



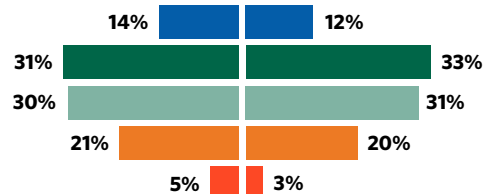
GÊNERO

Feminino
Masculino



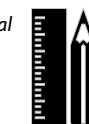
IDADE (ANOS)

Até 30
31 - 40
41 - 50
51 - 60
> 60

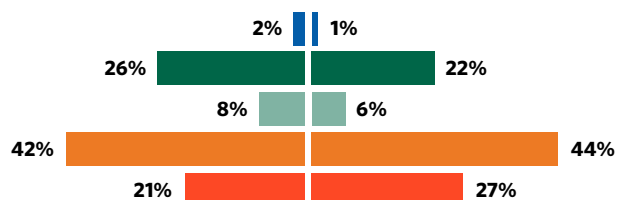


ESCOLARIDADE

Ensino fundamental
Ensino médio
Curso técnico
Ensino superior
Pós-graduação completa



0,5% dos respondentes da Região Sul e 0,5% do Brasil responderam "nenhuma das anteriores"

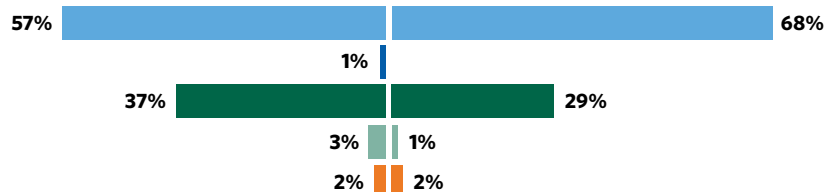


VÍNCULO NA FUNÇÃO ATUAL

Servidor municipal
Servidor estadual
Comissionado
Contrato temporário
Voluntário



0,35% dos participantes da Região Sul responderam "Servidor estadual"



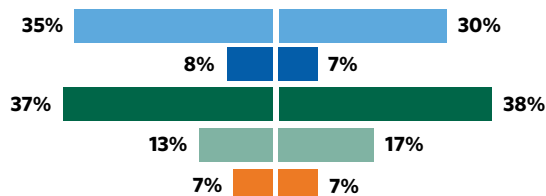
TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA DEFESA CIVIL

Menos de 1 ano
De 1 a 5 anos
De 5 a 10 anos
Mais de 10 anos



TEMPO NA FUNÇÃO ATUAL

Até 6 meses
De 6 meses a 1 ano
De 1 a 5 anos
De 5 a 10 anos
Mais de 10 anos



N=1.993 N=569

- N representa o total de respondentes da questão.
- Todos os gráficos deste volume estão com percentual arredondado, por isso em alguns casos a soma não é igual a 100%.
- Na pergunta sobre gênero, 0,45% dos participantes do Brasil e 0,5% da Região Sul, respectivamente, indicaram a opção "Não gostaria de identificar"

A estruturação
compreende os
recursos materiais,
organizacionais,
financeiros e
tecnológicos das
defesas civis
municipais

TAMANHO DAS EQUIPES

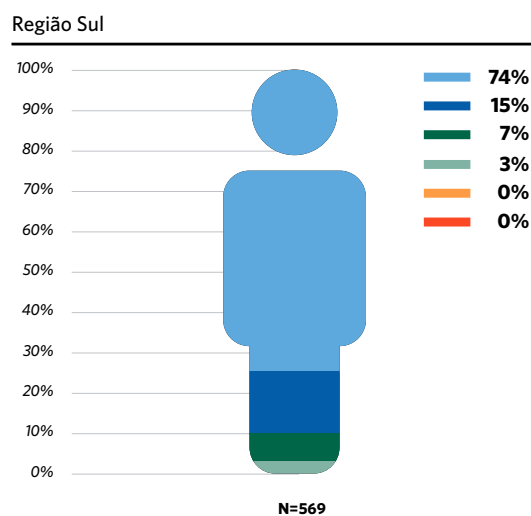
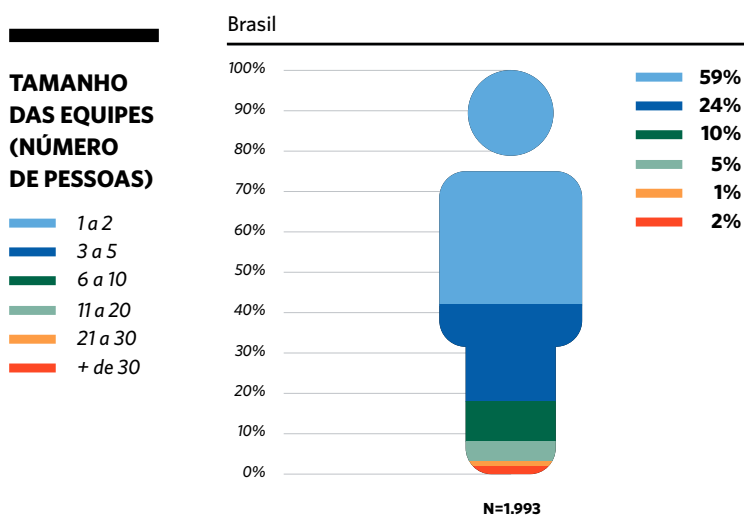
Na Região Sul, 74% das 569 defesas civis respondentes possuem de um a dois membros em suas equipes, 15% têm de três a cinco agentes, ao passo que 11% têm mais de seis agentes. 44% dos entrevistados acreditam que a quantidade de pessoas na equipe é suficiente, enquanto 27% afirmam não ser suficiente e 27% consideram que esta quantidade atende parcialmente às demandas de defesa civil.

Nas entrevistas em profundidade, alguns participantes destacaram a importância de profissionais de engenharia e geologia para a execução das atividades de defesa civil, principalmente por fornecerem respaldo técnico em determinadas situações em que se exige uma análise mais detalhada das suscetibilidades existentes. Alguns dos entrevistados mencionaram que tais profissionais não necessariamente precisariam estar vinculados

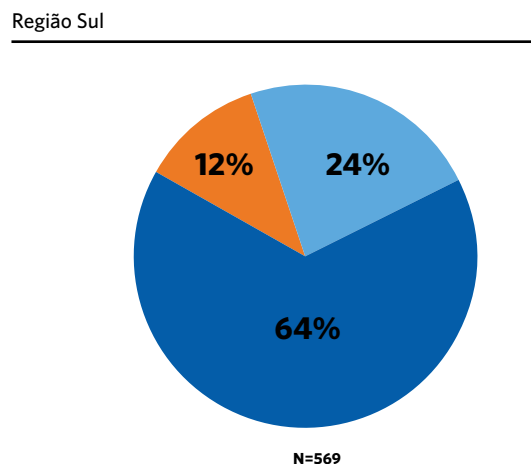
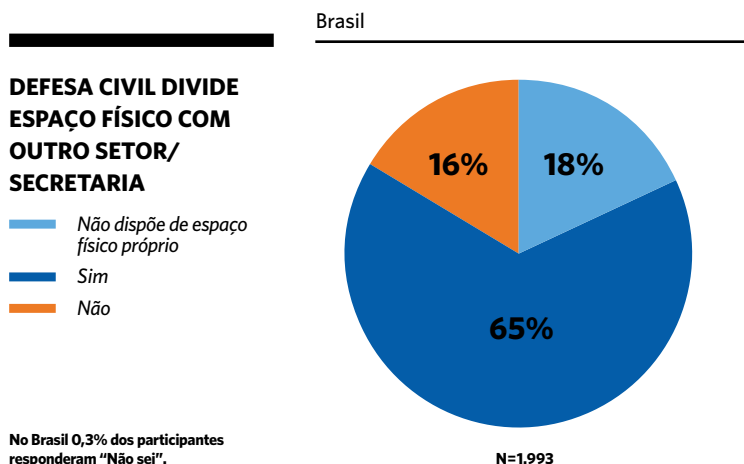
à estrutura organizacional da defesa civil, mas disponíveis no quadro técnico da prefeitura:

“Seria bom ter engenheiro, arquiteto ou técnico de construção civil. Por exemplo, eu não sou engenheiro, (...) se tivéssemos um departamento para poder acompanhar essas avaliações, porque às vezes quando a gente faz a avaliação aqui, você vai avaliar um prédio que incendiou, tremeu, rachou, às vezes a gente é contestado dentro do Fórum pelo advogado da outra parte, quando ocorrem demandas seríssimas aqui”.

Em relação à estruturação, 64% das 569 defesas civis entrevistadas na Região Sul dividem o espaço físico com outra secretaria ou setor, porcentagem semelhante à média nacional (65%). Dentre os respondentes, apenas 12% dispõem de um espaço físico próprio. Das quatro defesas civis entrevistadas, três mencionaram ter sede própria.



A opção "Mais de 30 pessoas" corresponde a 0,2% dos participantes da Região Sul.

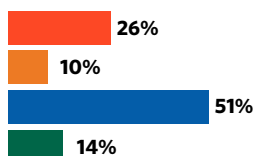


QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

Em relação aos recursos materiais, 68% das defesas civis respondentes não possuem viaturas. Os desafios também se referem a outros aspectos como falta de telefone fixo exclusivo para a defesa civil (71% não possuem), telefone celular com internet (54% não possuem), radiocomunicador (87% não possuem). Também é importante destacar que 65% afirmaram ter computador em boas ou ótimas condições.



COMPUTADORES/NOTEBOOKS



N=568



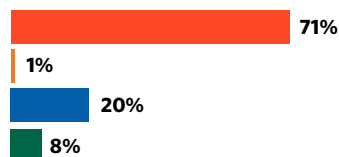
RÁDIO COMUNICADOR



N=568



TELEFONE FIXO EXCLUSIVO DA DEFESA CIVIL



N=565



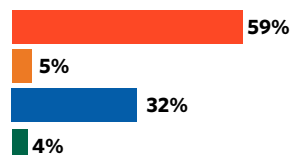
EMBARCAÇÕES/BARCOS



N=564



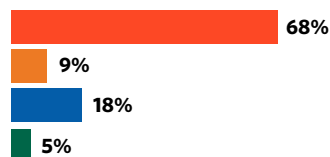
SOFTWARE



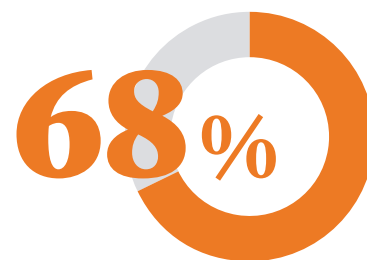
N=566



VIATURAS



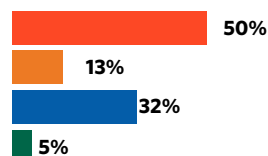
N=568



DAS DEFESAS CIVIS NÃO POSSUEM VIATURAS



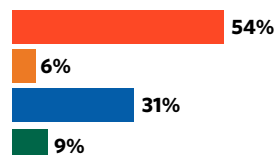
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL



N=567



TELEFONE CELULAR COM INTERNET



N=566

“O que nós temos de carência é uma viatura antiga, que requer seguidamente manutenção. Vamos trabalhar muito forte em cima de um projeto para conseguirmos mais motosserras e uma caminhonete nova que tenha condições de duplicar esse primeiro atendimento que, muitas vezes, um primeiro atendimento é insuficiente para fazer frente.”

Ainda foi possível identificar que algumas defesas civis contam com equipamentos cedidos por outras instituições, que ajudam a melhorar suas estruturas. Um dos entrevistados, por exemplo, conta com uma caminhonete cedida pelo Corpo de Bombeiros:

“ela tem snorkel nós podemos entrar no local com uma quantidade maior de água. E nessa caminhonete nós carregamos na carroceria a nossa escada prolongável (...). Nós temos ali os cones de sinalização, os cavaletes, para se tiver que interditar, demarcar o local.”

Viatura de órgão municipal de defesa civil.
Crédito: Diretoria de Proteção e Defesa
Civil de Barra Velha, SC.

23



RECURSOS FINANCEIROS

Sobre recursos financeiros, 33% das defesas civis têm orçamento próprio, enquanto 24% afirmaram que a origem dos recursos é o tesouro municipal e 15% como repasse de outras secretarias, ao passo que 4% obtêm recursos via emendas parlamentares; 20% das defesas civis entrevistadas afirmaram não ter orçamento, enquanto 10% não souberam dizer.

As entrevistas foram importantes para detalhar alguns desafios relativos à falta de recursos financeiros. Um dos entrevistados mencionou que “até 2020 a dotação orçamentária da defesa civil era de R\$400, e com este valor a gente não consegue nem botar uma placa na frente da porta para identificar o local, pois uma placa padrão custa R\$720”. Outro entrevistado sugeriu a criação de lei que garantisse orçamento próprio para a defesa civil municipal:

“(...) tinha que ter verba específica também, uma lei municipal ou federal, que seja, para que esse dinheiro fosse gasto, 0,1%, sei lá, da arrecadação do município, ou do governo federal, ou estadual, para obrigatoriamente em defesa civil, para equipar a defesa civil, para o pessoal conhecer isso.”

Quando as defesas civis estão vinculadas a alguma secretaria, pode ocorrer a falta de autonomia para manejo dos recursos financeiros:

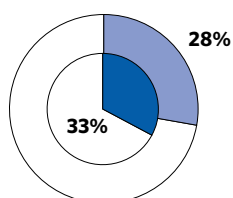
“O problema é que ele [recurso financeiro] fica, no meu ponto de vista, ele fica meio amarrado à secretaria. Então eu preciso fazer com que à secretaria compre esse material e às vezes eu preciso usar um pouco mais esse recurso do que o recurso previsto. E aí eu não consigo ou se eu não usar a própria secretaria acaba usando esse recurso para outras coisas.”

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS

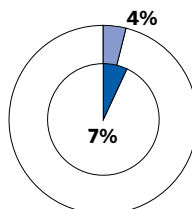


Brasil
N=1.993
Sul
N=569

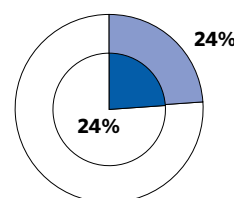
Orçamento próprio



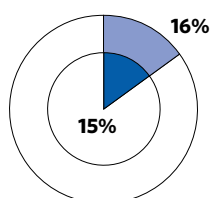
Fundo de reserva



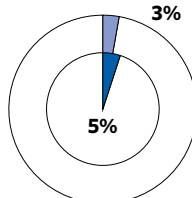
Tesouro municipal



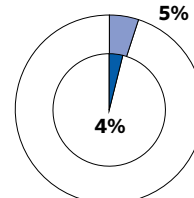
Repasse de outras secretarias municipais



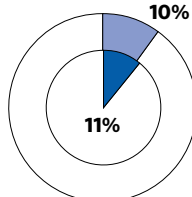
Doações de pessoas físicas ou jurídicas



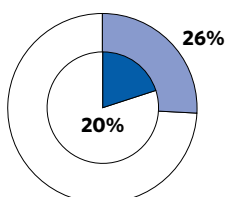
Emendas parlamentares



Programas do Estado



Não tem



- Nessa questão, o (a) respondente poderia indicar mais de uma alternativa.
- A opção “Não sei” foi indicada por 10% e 11% dos respondentes da Região Sul e Brasil, respectivamente.

Problema semelhante, isto é, falta de autonomia, foi relatada quanto ao uso de recurso proveniente de fundo municipal em defesa civil. O entrevistado explicou que outra secretaria faz a gestão dos recursos e não se integra às discussões sobre distribuição dos mesmos por ter cargo comissionado.

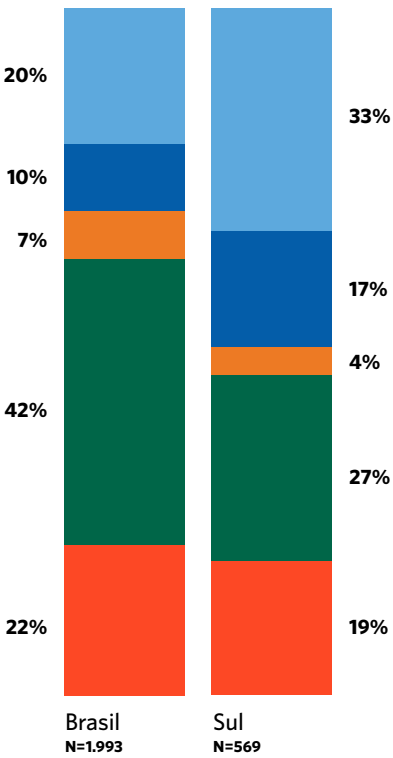
Muitas vezes, a falta de recursos em termos de equipe suficiente e adequada inviabiliza um trabalho educativo efetivo e contínuo junto às escolas, como mencionou outro entrevistado:

“Antigamente fazíamos palestra nas escolas, mas hoje, devido à demanda de trabalho e equipe reduzida, já não conseguimos mais. Ainda fazíamos simulados em escolas, era um trabalho interessante para conseguir engajamento dos alunos”.

Os participantes do questionário também responderam sobre a disponibilidade de recursos financeiros. A inexistência de recursos para atuar antes, durante e após desastre foi identificada entre 20%, 11% e 11%, respectivamente. Mesmo em relação ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) ainda há desafios para sua implementação nos municípios. Na Região Sul, 19% dos municípios respondentes afirmaram não conhecer o CPDC; 27% afirmaram não ter o cartão, enquanto 4% encontraram dificuldade em obtê-lo.

CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL (CPDC)

- Sim, mas nunca usei
- Sim, já usei
- Não, tive dificuldade em obtê-lo
- Não tem
- Não, não sabia da existência do cartão



19%

DOS PARTICIPANTES NÃO CONHECEM O CPDC

MAIOR DESAFIO RELACIONADO À ESTRUTURAÇÃO

Quando questionadas sobre qual o maior desafio relacionado à estruturação, 25% dentre as 569 defesas civis municipais atribuíram à falta de recursos financeiros. Outros desafios também foram indicados como falta de recursos humanos (24%), de equipamentos (17%), e de reconhecimento da carreira de defesa civil (16%).

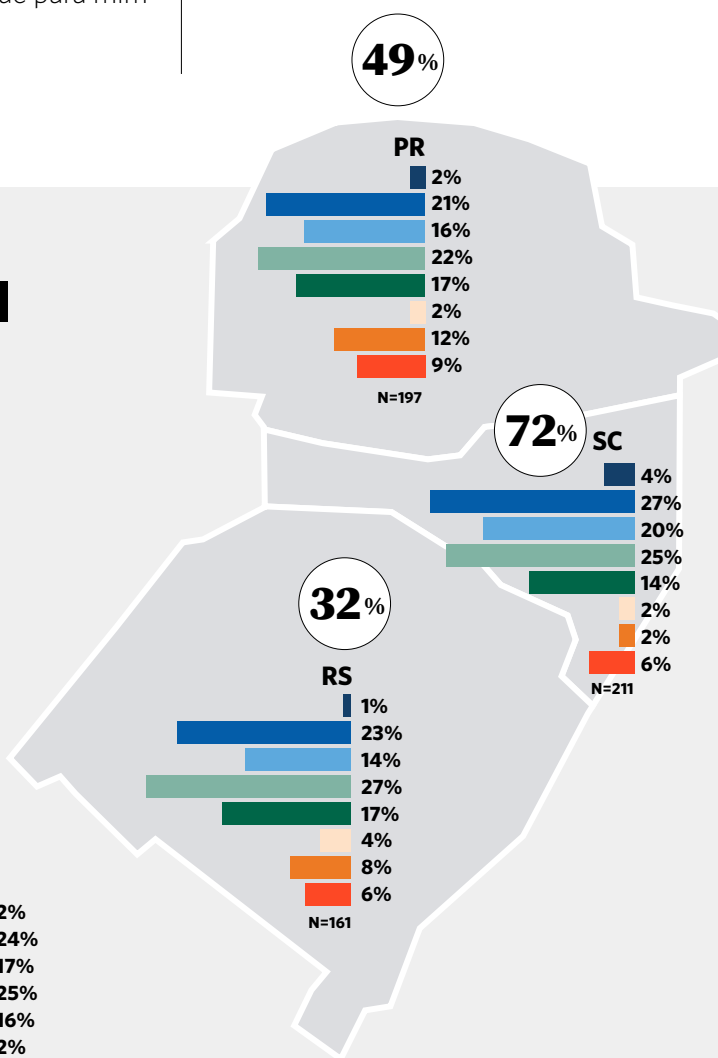
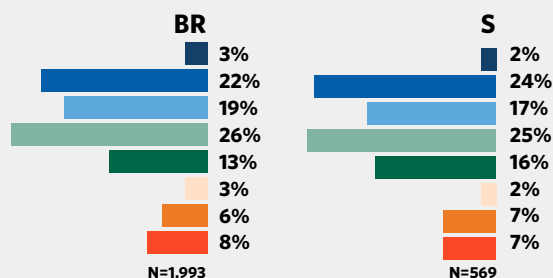
A falta de recursos financeiros também foi identificada nas entrevistas em profundidade, especialmente no âmbito municipal, destacando-se a necessidade de aporte externo: “O que eu vejo é uma falta de recurso de financiamento para as defesas civis. Muitas vezes com o recurso externo porque o município em si tem dificuldade. Eu tenho alguma dificuldade de falar dessas questões, porque para mim o dinheiro existe.”

Apesar destas dificuldades, as defesas civis buscam soluções e/ou têm propostas. Um dos entrevistados, por exemplo, mencionou duas proposições normativas:

“(...) decreto de ajuda mútua para que outros municípios possam ceder funcionários, máquinas, combustível ou qualquer equipamento que for. E, também, criar um regimento interno, a fim de que em alguns anos a gente possa abrir concurso público para que os funcionários da Defesa Civil não sejam exclusivamente nomeados, sejam funcionários de carreira”.

PRINCIPAL DIFICULDADE RELACIONADA À ESTRUTURAÇÃO

- Instalações físicas precárias
- Falta de equipe/recursos humanos
- Falta de equipamentos
- Falta de recursos financeiros
- Falta de reconhecimento da carreira de defesa civil
- Baixa remuneração
- Não há dificuldades
- Outra
- % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



Aspectos relacionados à governança buscam esmiuçar as relações e os atores envolvidos no dia a dia das defesas civis municipais, sejam eles estatais e não-estatais

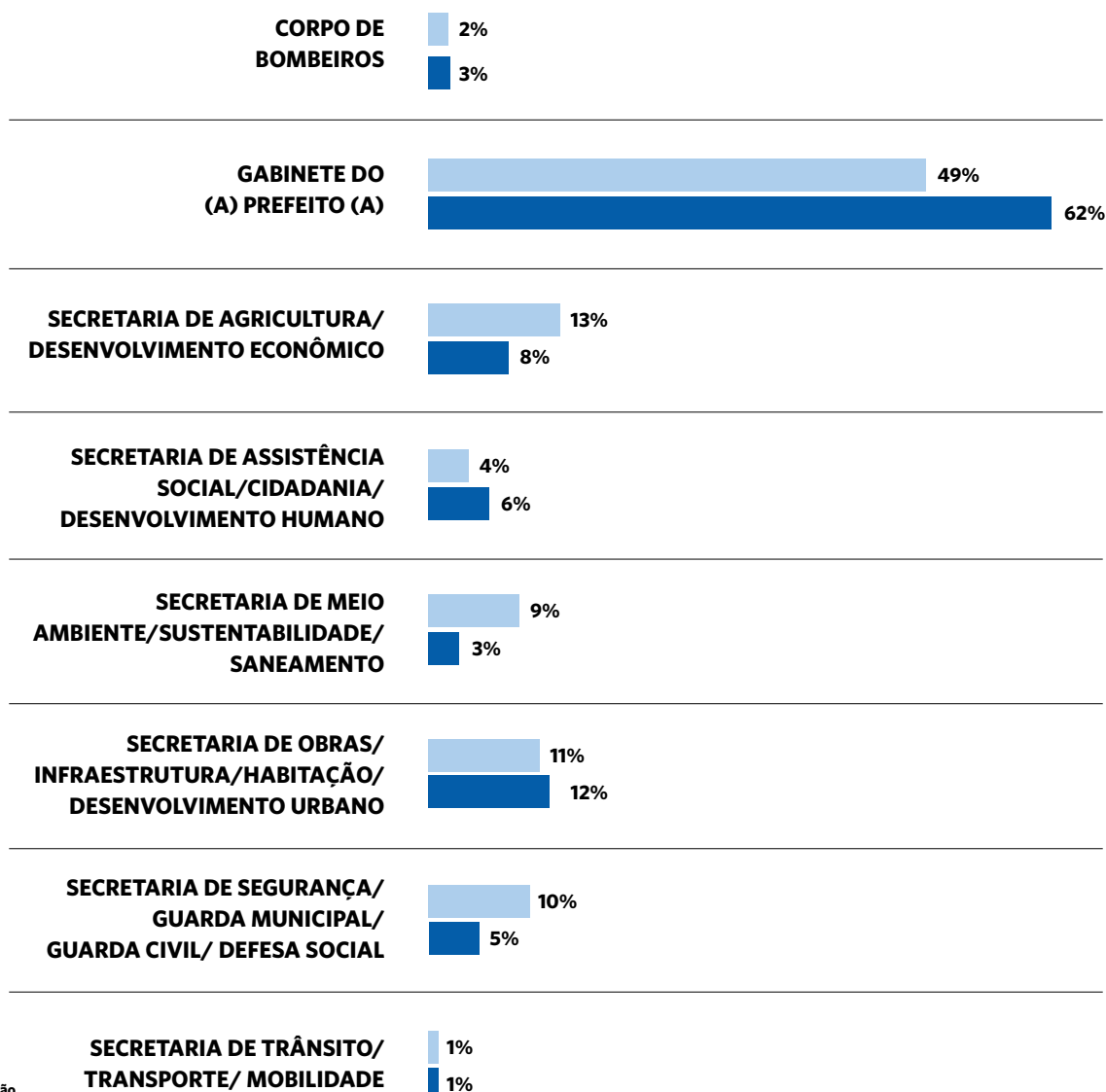
A maioria das defesas civis na Região Sul (62%) está vinculada ao gabinete do (a) prefeito (a), enquanto outras se vinculam à secretaria de obras (12%), à secretaria de agricultura (8%), secretaria de assistência social (6%), secretaria de segurança (5%). Um dos entrevistados avaliou de forma positiva o vínculo direto com o gabinete, ainda que isso não signifique necessariamente acesso a recursos:

“no nosso caso aqui (...) enquanto um empoderamento da defesa civil eu vejo como positivo, agora, enquanto disponibilidade de recursos, eu vejo que poderia se criar uma discussão no sentido de que talvez a defesa civil pudesse ser beneficiada com recursos de algumas secretarias que tem um alcance maior.”

VÍNCULO DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS

Brasil
N=1.993

Sul
N=569



- Na Região Sul 0,2% das defesas civis estão vinculadas à instituição militar do município; no Brasil, esse valor também foi de 0,2%.

DECLARARAM VÍNCULO COM O GABINETE DO (A) PREFEITO (A)

62%

NO BRASIL, O REGISTRO DE DEFESAS CIVIS LOTADAS NO GABINETE MUNICIPAL É DE

49%

Quando questionados sobre as principais instituições, atores ou setores que atuam em conjunto com as defesas civis, as secretarias municipais foram indicadas por 95% dos participantes. Um total bastante expressivo também citou a defesa civil estadual (72%), além do corpo de bombeiros (64%) e voluntários (41%).

“Nós temos uma relação muito forte com a Guarda Municipal, com a Assistência Social, com a Secretaria de Obras, com o patrimônio. O Corpo de Bombeiros nem se fala (...). Então a gente tem essa ligação. Essa facilidade de entrar em qualquer setor.”

INSTITUIÇÕES, ATORES OU SETORES QUE ATUAM EM CONJUNTO COM A DEFESA CIVIL AO LONGO DO ANO

Instituições ou setores	Brasil	Sul
Secretarias municipais	92%	95%
Secretarias estaduais	17%	15%
Defesa Civil Estadual	69%	72%
Corpo de Bombeiros	58%	64%
Defesa Civil Nacional	30%	29%
Instituições de monitoramento e alerta	23%	18%
Associação de bairros	11%	12%
Sociedade civil organizada (ONGs, cooperativas, etc)	14%	15%
Setor privado	11%	13%
Imprensa	19%	24%
Universidades ou centros de pesquisa	5%	5%
Voluntários	34%	41%
Outro	4%	2%
Nenhuma das anteriores	1%	0%

Nessa questão, 0,4% dos participantes da Região Sul indicaram a opção “Nenhuma das anteriores”.

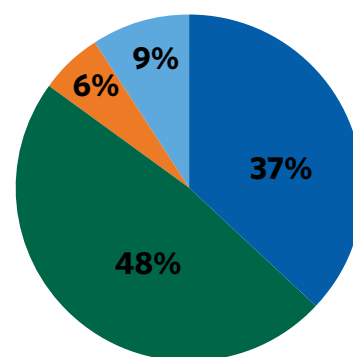
COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS

Outro aspecto importante da governança é a colaboração entre municípios. De modo geral, quase metade (48%) das defesas civis afirmaram não participar de iniciativas em Redução de Risco de Desastres (RRD) com municípios vizinhos. Cerca de 37% indicaram participar, mas de forma não formalizada. Nas entrevistas em profundidade, um dos entrevistados relatou que, por não existir a formalização de parcerias com municípios vizinhos, seu apoio se restringia a orientar sobre gestão de processos, como preenchimento de laudos e declarações. Assim, qualquer outra ação não é permitida:

“ (...) eu gostaria que houvesse dentro das leis da defesa civil, nós tivéssemos esse poder, essa liberdade de ir (...) gostaria eu de ir lá, dar um apoio, não só logístico, nessa máquina, ou nós lá com a nossa caminhonete e ir ajudar. (...) gostaria que tivesse, mas não tem porque a lei não permite isso daí.”

PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE RRD ENTRE MUNICÍPIOS VIZINHOS

- Sim, formalizada por decreto
- Sim, mas não formalizada
- Não participa
- Não sei



N=569 (Região Sul)

A comunicação é um **ASPECTO FUNDAMENTAL** da governança. Há diferentes formas de comunicação (comunicação para imprensa, comunicação para público interno, comunicação para a população), assim como uma **DIVERSIDADE DE CANAIS** que podem ser utilizados.

COMUNICAÇÃO

Em relação à comunicação com os diferentes atores, mais da metade das defesas civis respondentes da Região Sul consideraram adequada a comunicação com outros órgãos e secretarias municipais (84%), com outras instituições que atuam na área de defesa civil (81%), com a população (64%) e com a imprensa local (70%).

As entrevistas em profundidade também abordaram os aspectos comunicacionais. A comunicação com a sociedade civil foi vista como algo que precisa ser melhorado, visando o fortalecimento da cultura de prevenção. Para a maioria dos entrevistados, o diálogo com a comunidade proporcionará uma compreensão melhor, por parte da população, sobre a real atribuição da defesa civil e, conseqüentemente, irá contribuir com a comunicação de risco, no que se refere à emissão de alerta e alarme, por exemplo. A realização de projetos sobre a defesa civil, especialmente nas escolas, foi indicada por alguns dos entrevistados, como uma forma de aprimorar a interação com a comunidade: *“precisamos ter a Defesa Civil nas escolas para dizer o que é defesa civil”*.

A COMUNICAÇÃO DAS DEFESAS CIVIS DA REGIÃO SUL COM ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO FOI CONSIDERADA ADEQUADA POR

84%

A COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO FOI CONSIDERADA COMO ADEQUADA POR

64%

De forma geral, a comunicação foi reduzida aos canais de contato com a população para envio de alertas ou recebimento de denúncias e à ideia de que o trabalho da defesa civil é disseminado de forma informal, “boca a boca”. Duas alternativas foram apontadas como estratégias para a melhoria da comunicação de riscos com a comunidade: a instalação de placas nas áreas de risco e a instituição dos NUPDECS. Um dos agentes de defesa civil entrevistados informou ter contato com uma associação de radioamadores, produzir boletins semanais e ter páginas no Instagram e Facebook alimentadas pelos próprios agentes de defesa civil. Também indicou que a defesa civil pode fazer uso de carro de som e a estrutura de comunicação do município:

“Para a população, a gente tem redes sociais ou o carro de som e depois do fato ocorrido, aí a gente utiliza o jornal, o rádio para dar conhecimento para a população das coisas que aconteceram”.

Perguntados sobre a relação com a comunidade, alguns relataram que a defesa civil é vista como o “agente de salvação”, mas destacaram que essa aproximação não é simples, e que esse ponto precisa ser desenvolvido. Um dos entrevistados mencionou que a relação está melhor hoje “não que está fácil, mas melhorou bastante. Então, a pessoa, depois que foi feito o mapeamento das residências e a gente foi até eles, conversou com eles, pegou as informações deles, eles conseguem ter um certo vínculo maior com a gente e nos solicitam e nos cobram que sejam realizados alguns serviços nesses locais ali para que eles não sofram com os alagamentos”. Essa percepção de que é preciso estar junto à comunidade foi reiterada por outro entrevistado: “Ou você não vai ao local e quando tu vais, tu és malvisto; ou tu vais muito em um local para fazer trabalhos e, quando tu tiveres que fazer um trabalho mais acentuado, mais grave, que envolva mais a comunidade, tu já tens a simpatia da população”.

Outro ponto abordado pelos entrevistados a respeito das dificuldades de coordenação intramunicipal está relacionado à falta de clareza sobre o papel da defesa civil, como mencionou um entrevistado:

“Não tem como cobrar deles [outros órgãos] algo que eles não conhecem”.

Outro entrevistado afirmou que:

“[...] a gente não dá lucro. A gente dá o que? Despesa. Mas eu não vejo dessa maneira, eu vejo como investimento. Nosso retorno é um retorno social. Entendeu? A defesa civil ela dá um retorno social, retorno de segurança, você saber que tem uma coisa que se preocupa com você, um retorno social, de segurança, mas tem feito que vê como despesa.”

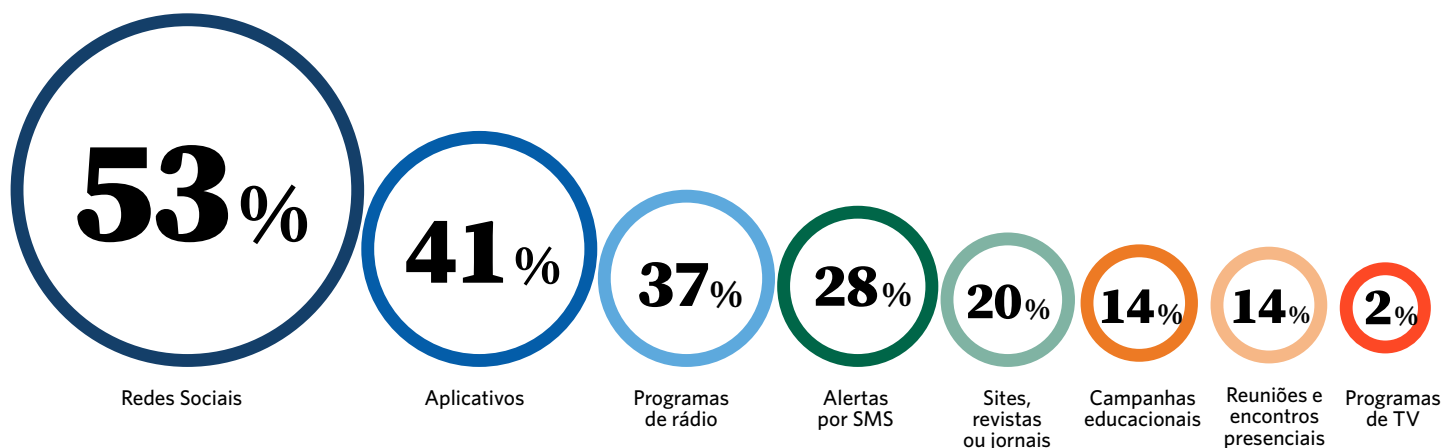
Sobre esta relação da defesa civil com os outros órgãos do município, as opiniões variaram, mas é comum nas falas dos entrevistados apontarem a importância de desenvolver uma relação com as demais secretarias:

“Prefeitura é uma engrenagem, tem que trabalhar todo mundo junto, se não um fica remando para cá, outro para lá”.

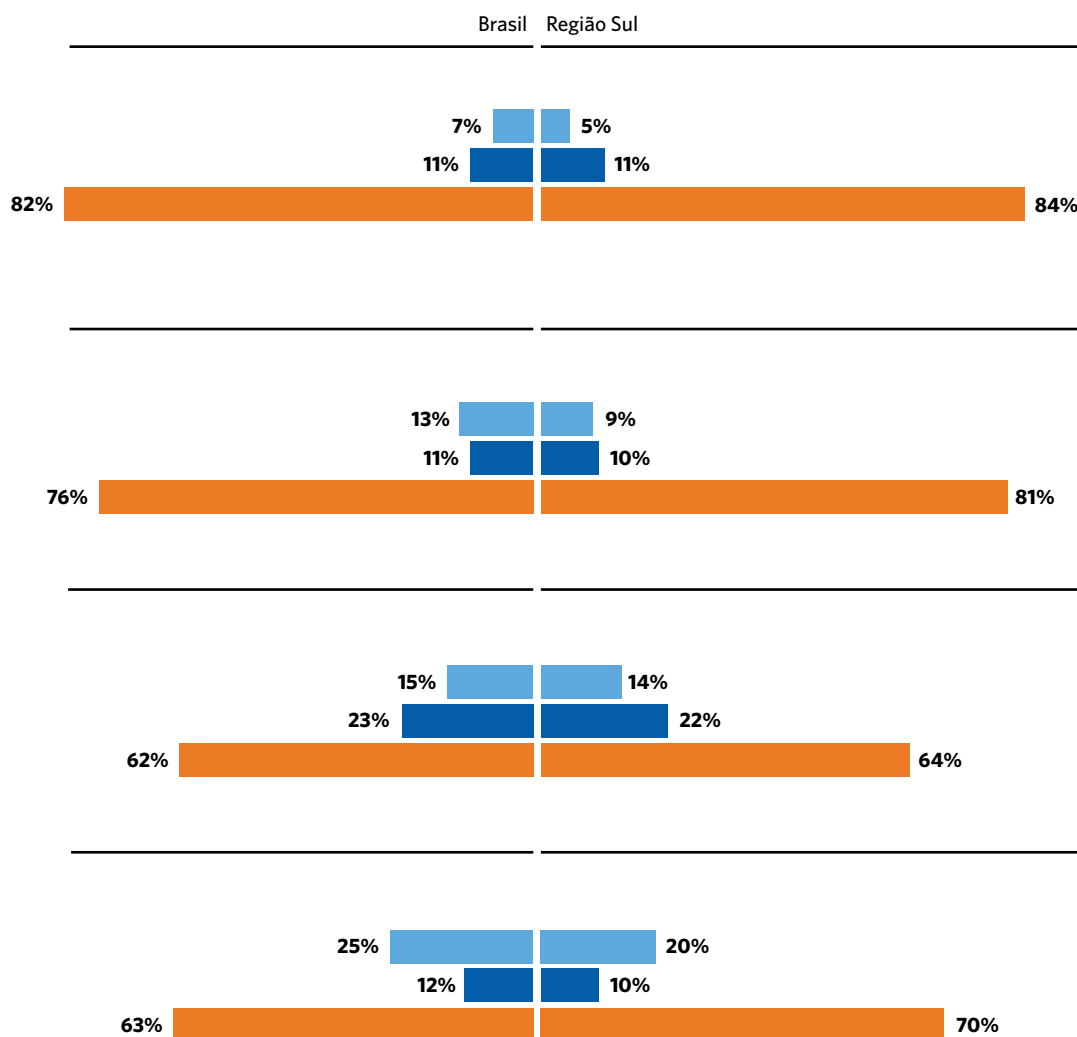
A procura por determinadas secretarias se dá pela conexão de problemas, e as defesas civis costumam contatar a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Assistência Social, por conta das ocupações de áreas de risco. Todavia, um dos entrevistados observou uma certa dificuldade de compreensão, pelas próprias secretarias, da lei 12608/2012:

“Acho importante que o Projeto Elos ensine os municípios ou demonstre que é preciso fazer o elo entre todas as secretarias, porque o problema não é apenas da defesa civil. Muitas vezes o problema da defesa civil foi causado por um serviço errado de outra secretaria. Por exemplo, as aprovações de obras e loteamentos em áreas de risco não mapeadas, sem a participação da defesa civil na discussão”

MEIOS MAIS UTILIZADOS PELA DEFESA CIVIL PARA COMUNICAÇÃO



AValiação sobre a comunicação da Defesa Civil com diferentes atores



COMUNICAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS



— Inexistente
— Inadequada
— Adequada

N=1.989 (Brasil) e N=569 (Região Sul)

INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA DE DEFESA CIVIL



— Inexistente
— Inadequada
— Adequada

N=1.976 (Brasil) e N=567 (Região Sul)

POPULAÇÃO



— Inexistente
— Inadequada
— Adequada

N=1.950 (Brasil) e N=562 (Região Sul)

IMPRENSA LOCAL



— Inexistente
— Inadequada
— Adequada

N=1.965 (Brasil) e N=565 (Região Sul)

As defesas civis municipais demonstraram ter dificuldades no dia a dia, de diversas ordens, como abordado ao longo deste documento. Uma delas se relaciona à falta de inclusão da defesa civil no planejamento municipal. Dentre os respondentes, 40% afirmaram que as ações de defesa civil estão incorporadas no planejamento municipal, enquanto 35% responderam que não e 25% não souberam dizer. A respeito da existência de legislação municipal sobre Proteção e Defesa Civil, 16% dos entrevistados não souberam dizer e 70% afirmaram que ela existe em seus municípios.

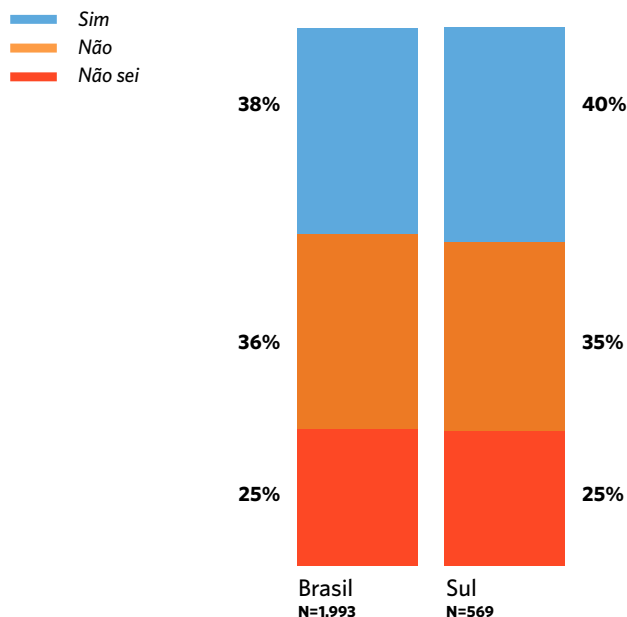
Durante as entrevistas em profundidade, um participante mencionou a tentativa de considerar a inclusão das áreas de risco no plano diretor municipal. Ele destacou a existência de interesses imobiliários, diante dos novos loteamentos:

“(...) a topografia aqui não é plana, a gente tentou incutir lá no meio antes de ser aprovado o plano, antes de ser aprovado o loteamento, que fosse consultado a defesa civil também, pra gente dizer a respeito da problemática de risco, de área de risco né, de preservação ambiental, a gente colocou alguma coisa lá, não sei se vão tirar, mas colocamos lá.”

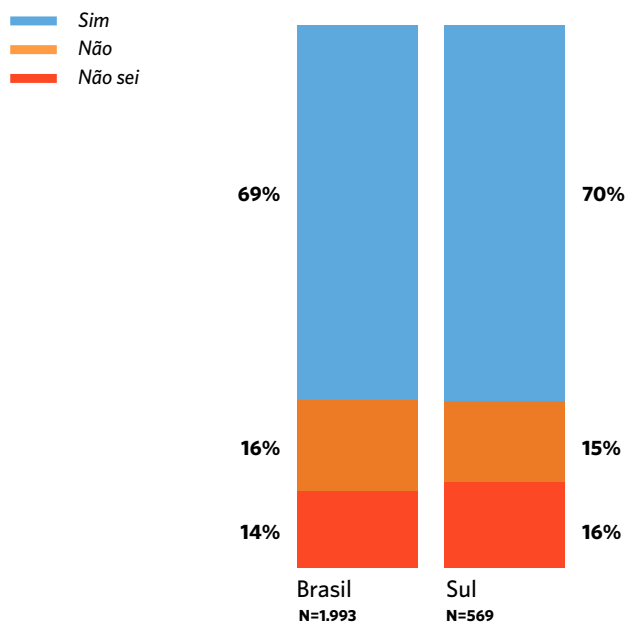
Outro entrevistado relatou sobre o uso de mapeamentos para identificação de alagamentos e inundações, que foram incorporados no Plano Municipal de Gerenciamento de Recursos Hídricos e no Plano Diretor:

“Então a gente conseguiu integrar bem mais as secretarias do município, a Secretaria de Planejamento entendeu que ela precisa da defesa civil para mexer no Plano Diretor, por exemplo, em relação a alagamento. E a Secretaria do Meio Ambiente entendeu que ela tem que proteger as áreas de APP (Área de Preservação Permanente), tem que fazer um estudo de alguns desses locais para evitar esses problemas junto com as outras secretarias também”

AS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ESTÃO INCORPORADAS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE DEFESA CIVIL OU GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



MAIOR DESAFIO RELACIONADO À GOVERNANÇA

No questionário aplicado junto às 569 defesas civis municipais da Região Sul, o apoio para fiscalizar e coibir ocupações e construções em áreas de risco (27%) e o trabalho preventivo com a população (27%) foram os desafios mais indicados pelos participantes. O reconhecimento do papel da defesa civil pela gestão municipal também foi apontado como desafio relacionado à governança por 20% do total de participantes do questionário online.

“Então se eu conseguir trazer uma fiscalização de obras para dentro da defesa civil eu consigo ter um controle muito maior, inclusive das obras novas que estão sendo aprovadas em áreas de risco não mapeadas. Entendeu? Porque a gente não teve o poder ainda de ampliar essa área de mapeamento.”

**DENTRE OS DESAFIOS
APRESENTADOS, O TRABALHO
PREVENTIVO COM A POPULAÇÃO
REPRESENTA**

27%

40%

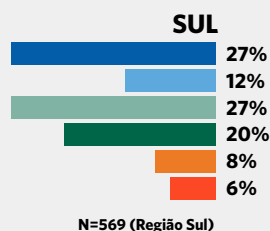
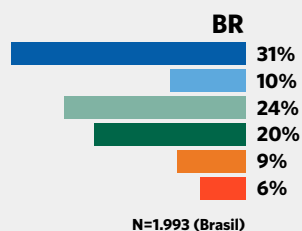
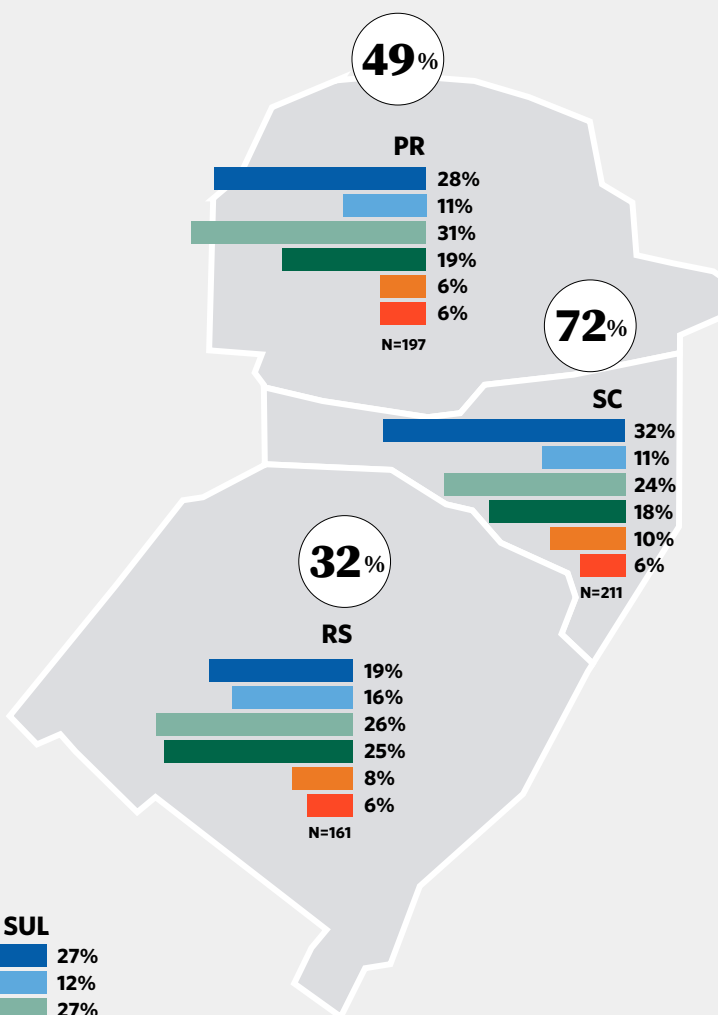
**AFIRMARAM QUE AS AÇÕES
DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
ESTÃO INCORPORADAS NO
PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

Atividade prática
de curso sobre gestão
de risco de desastre.
Crédito: Silvia Saito



MAIOR DESAFIO RELACIONADO À GOVERNANÇA

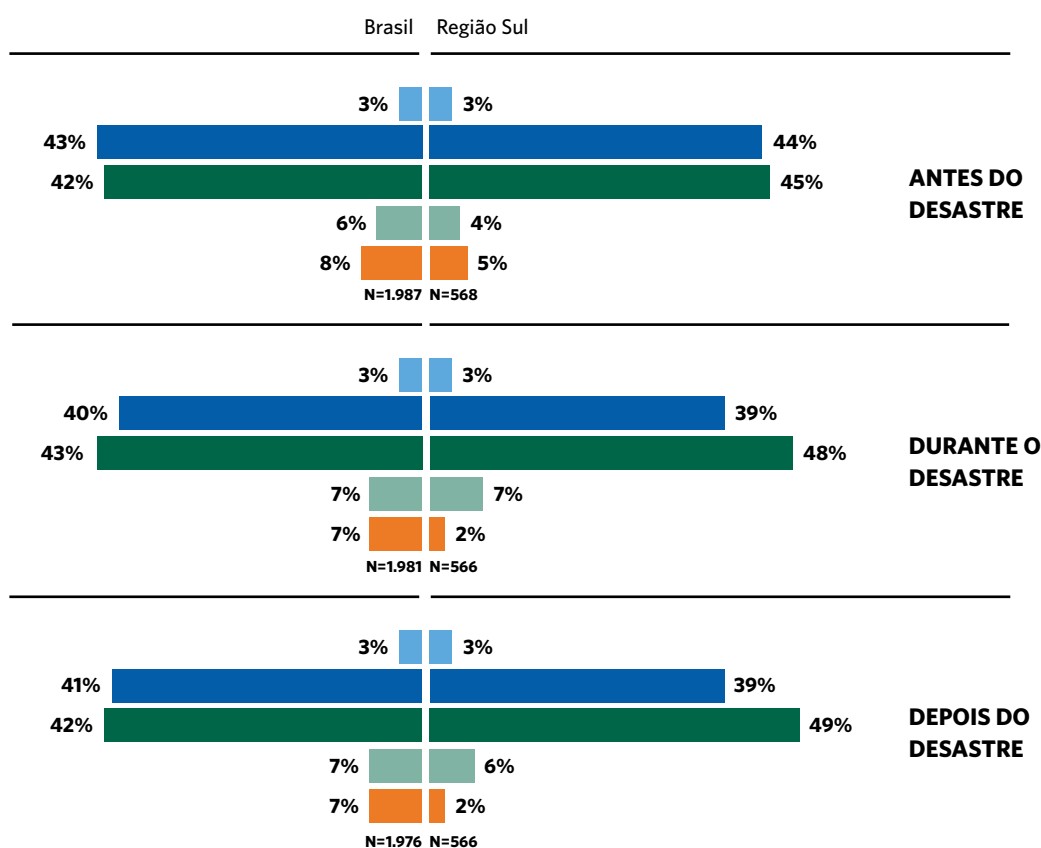
- Apoio para fiscalizar e coibir ocupações e construções em áreas de risco
- Atuação com outras secretarias municipais fora do contexto de emergência
- Trabalho preventivo com a população
- Reconhecimento do papel da defesa civil pela gestão municipal
- Regulamentação de leis relativas à defesa civil
- Outro
- % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



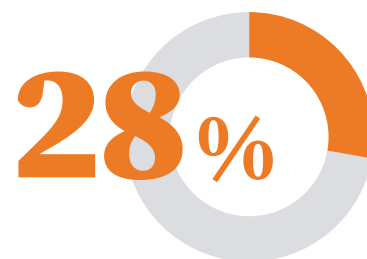
A capacitação se refere às necessidades de formação, de habilidades e competências para o aprimoramento das capacidades organizacionais e técnicas

Em relação à atuação das defesas civis nas diferentes fases do desastre, cerca de 40% informaram se sentir pouco capacitadas para atuar antes, durante e depois do desastre.

AVALIAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL ANTES, DURANTE E DEPOIS DO DESASTRE



RESPONDENTES COM MENOS DE UM ANO DE EXPERIÊNCIA EM DEFESA CIVIL REPRESENTAM



- Não sei
- Pouco capacitada
- Capacitada
- Muito capacitada
- Não se aplica

- A opção "Não se aplica" seria para os casos em que o (a) respondente não tem experiência em atuação especificamente naquela etapa.

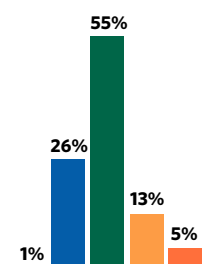
Quanto às atividades associadas ao trabalho da defesa civil ao longo do ano, mais da metade das 569 defesas civis municipais se sente capacitada ou muito capacitada para declarar situação de emergência ou estado de calamidade pública (76%), promover a interação com outras secretarias (67%), avaliar e informar danos materiais (67%), organizar e administrar abrigos (58%), promover a interação com a população (55%), identificar e mapear áreas de risco (55%), avaliar o risco, disparar alertas e manter a população informada (54%) e mobilizar e capacitar voluntários (51%). As defesas civis se sentem pouco capacitadas para promover a fiscalização de áreas de risco (47%) e utilizar o CPDC (37%).



PARA ACESSAR
AS CAPACITAÇÕES
DA SEDEC

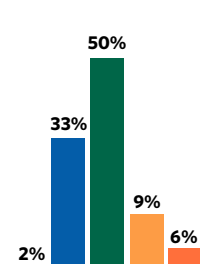
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DA EQUIPE DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL EM DIFERENTES ATIVIDADES

PROMOVER A INTERAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS MUNICIPAIS



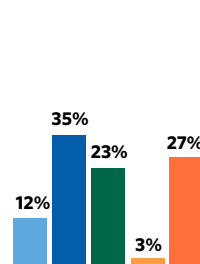
N=1.991

PROMOVER A INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO



N=1.989

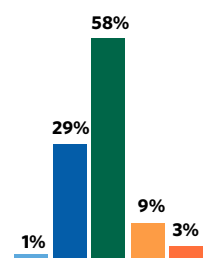
UTILIZAR O CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL (CPDC)



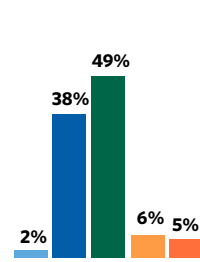
N=1.978

Não sei
 Pouco capacitada
 Capacitada
 Muito capacitada
 Não se aplica

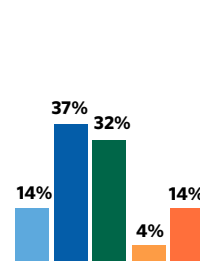
Brasil



N=569



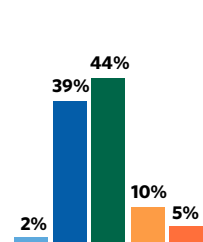
N=568



N=568

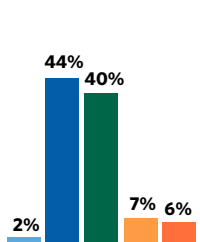
Sul

IDENTIFICAR E MAPEAR ÁREAS DE RISCO



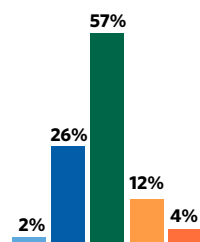
N=1.987

PROMOVER A FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO



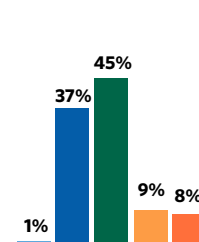
N=1.985

DECLARAR SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA



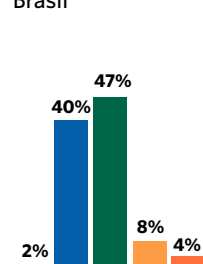
N=1.984

AVALIAR O RISCO, DISPARAR ALERTAS E MANTER A POPULAÇÃO INFORMADA

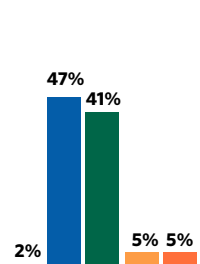


N=1.985

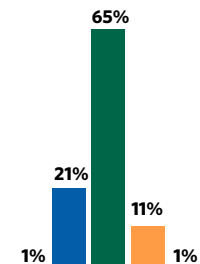
Brasil



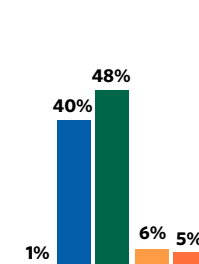
N=569



N=569

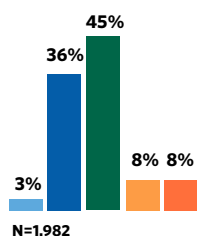
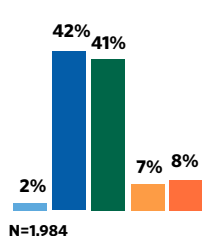
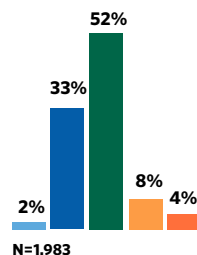
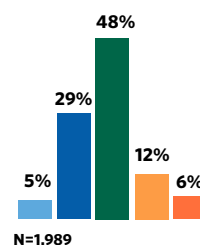


N=568

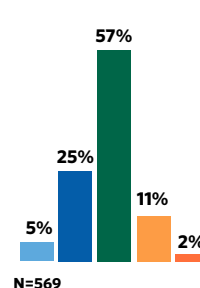
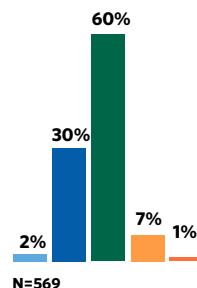
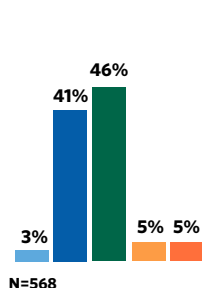
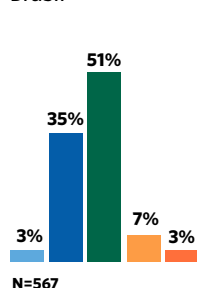


N=569

Sul

ORGANIZAR E ADMINISTRAR ABRIGOS E SOLUÇÕES PARA DESABRIGADOS

MOBILIZAR E CAPACITAR VOLUNTÁRIOS PARA ATUAÇÃO CONJUNTA COM A DEFESA CIVIL

AVALIAR E INFORMAR DANOS MATERIAIS, PREJUÍZOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS PARA OS DEMAIS ENTES

UTILIZAR A PLATAFORMA S2ID


Não sei
 Pouco capacitada
 Capacitada
 Muito capacitada
 Não se aplica

Brasil

Sul

Mais da metade das 569 defesas civis municipais da Região Sul utilizam plano de contingência (77%) e mapas de risco (62%). Mais de 60% delas não usam e 23% não sabem o que é o certificado de cidades resilientes. Pouco mais da metade também informou não utilizar sistema de alerta antecipado (59%) e cadastro de população em áreas de risco (53%). Em muitos casos os agentes de defesa civil procuram informações, isto é, buscam ser autodidatas. Entretanto, encontram barreiras, conforme depoimento a seguir:

“[...] Eu tive que aprender meio na marra como interpretar os mapas de satélite, de radar meteorológico em relação às cores, o que é verde, amarelo, vermelho, rosa, preto. Naqueles mapas de satélite, então acho que isso aí talvez era algo interessante, porque as pessoas têm dificuldade de entender isso e saber o que que é aquilo no mapa. (..) Acho que os cursos que a defesa civil nos fornece são mais básicos para equipes novas, do que para as equipes que já são mais antigas na função [...] a gente fez aqui, a gente teve que aprender a mexer com GPS e fazer o cadastramento das residências sozinhos aqui, não teve o apoio da Defesa Civil Estadual. Depois eles deram um curso para ensinar a usar o aplicativo que a gente já tinha feito”.

NÃO SABEM O QUE É A CAMPANHA CIDADES RESILIENTES

23%

AFIRMARAM NÃO POSSUIR SOFTWARES

59%

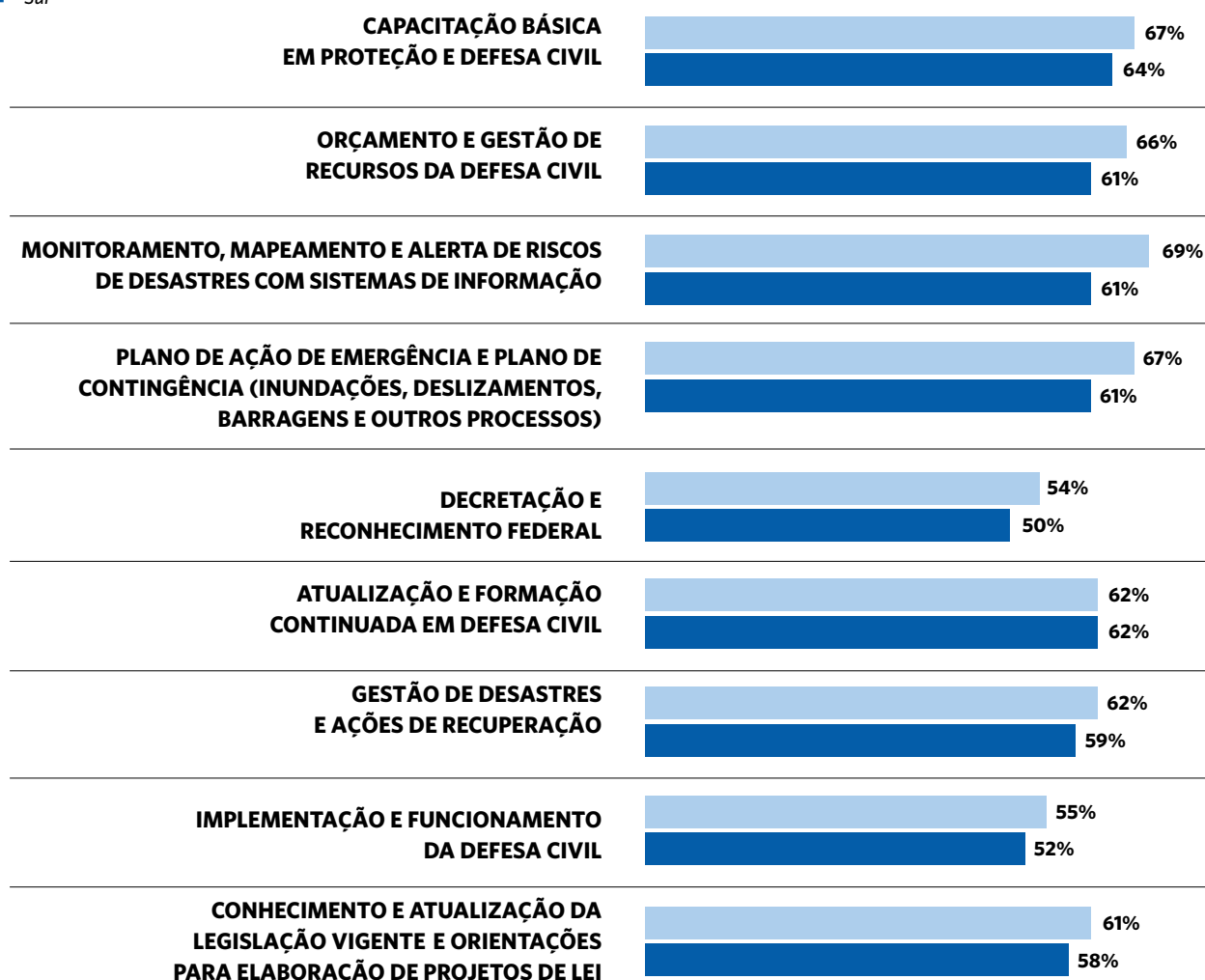
Quando questionados sobre os cursos de interesse, notou-se preferência por temas relacionados à capacitação básica em proteção e defesa civil, atualização e formação continuada, plano de ação de emergência e plano de contingência, orçamento e gestão de recursos e monitoramento, mapeamento e alerta de riscos com sistemas de informação.

Nas entrevistas, um participante comentou sobre os temas de cursos que ajudariam em suas atividades cotidianas:

“(...) sobre gestão de bacia hidrográfica, em relação a algum software de GIS [Sistema de Informações Geográficas], gerenciamento, tipo tem o QGIS, o ArcGIS, para criar planície de inundação, para desenvolver projeto em busca de recursos que possam ser aplicados na formação dos agentes, e capacitação específica para quem faz a gestão do transporte de produtos perigosos, que vai organizar, fechar o trânsito, mudar a rota, mas não conhece os procedimentos adequados.”

CURSOS DE INTERESSE DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE

Brasil
Sul



- Nessa questão, o (a) respondente poderia indicar mais de uma alternativa.
- N=1.993 (Brasil) e N=569 (Região Sul).

Outro aspecto importante são os treinamentos e capacitações que a própria defesa civil municipal oferece à população em geral. Sobre esse aspecto, chama a atenção o baixo percentual (6%) de defesas civis municipais que oferecem cursos aos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs). A referida questão também permite identificar que 31% das defesas civis municipais entrevistadas afirmaram não possuir NUPDECs (“não se aplica/não há NUPDEC no município”).

Nas entrevistas em profundidade, a formação de NUPDECs foi mencionada como um fator importante para as ações da defesa civil. Os entrevistados manifestaram interesse em formar NUPDECs nas áreas de risco dos seus municípios, mas a maioria acha difícil implementar uma atividade contínua e de formação desses núcleos nas comunidades:

“NUPDECs vai ser muito trabalhoso com pouco efetivo”.

Na opinião do entrevistado, seria melhor desenvolver uma atuação conjunta com grupos já organizados, por exemplo, escoteiros, o que sinaliza uma solução de curto prazo.

A DEFESA CIVIL MUNICIPAL OFERECE CURSOS AOS NUPDECs?

Não se aplica/não há NUPDEC no município

31%

Não

54%

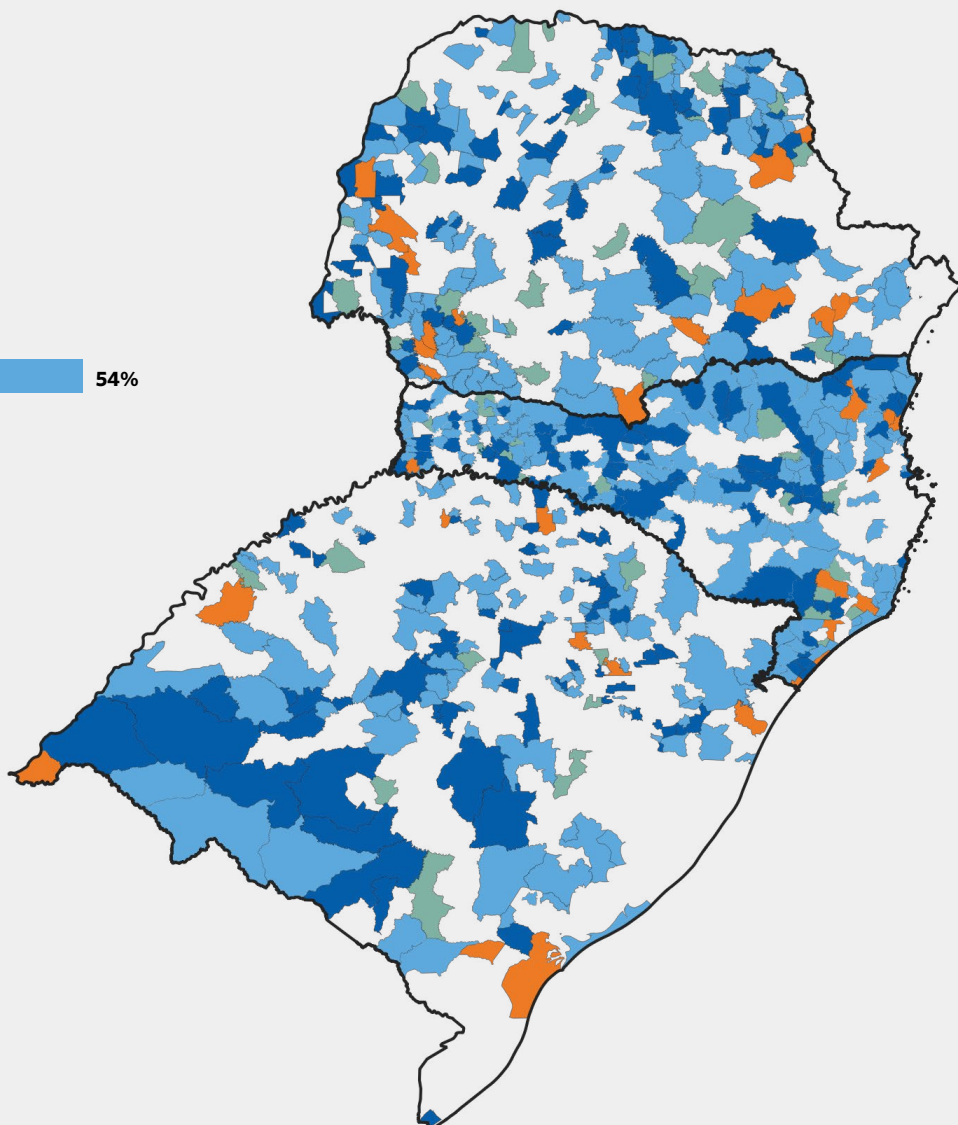
Não sei

9%

Sim

6%

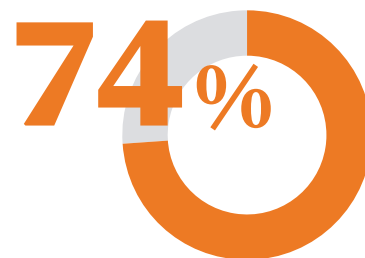
N=569



MAIOR DESAFIO RELACIONADO À CAPACITAÇÃO

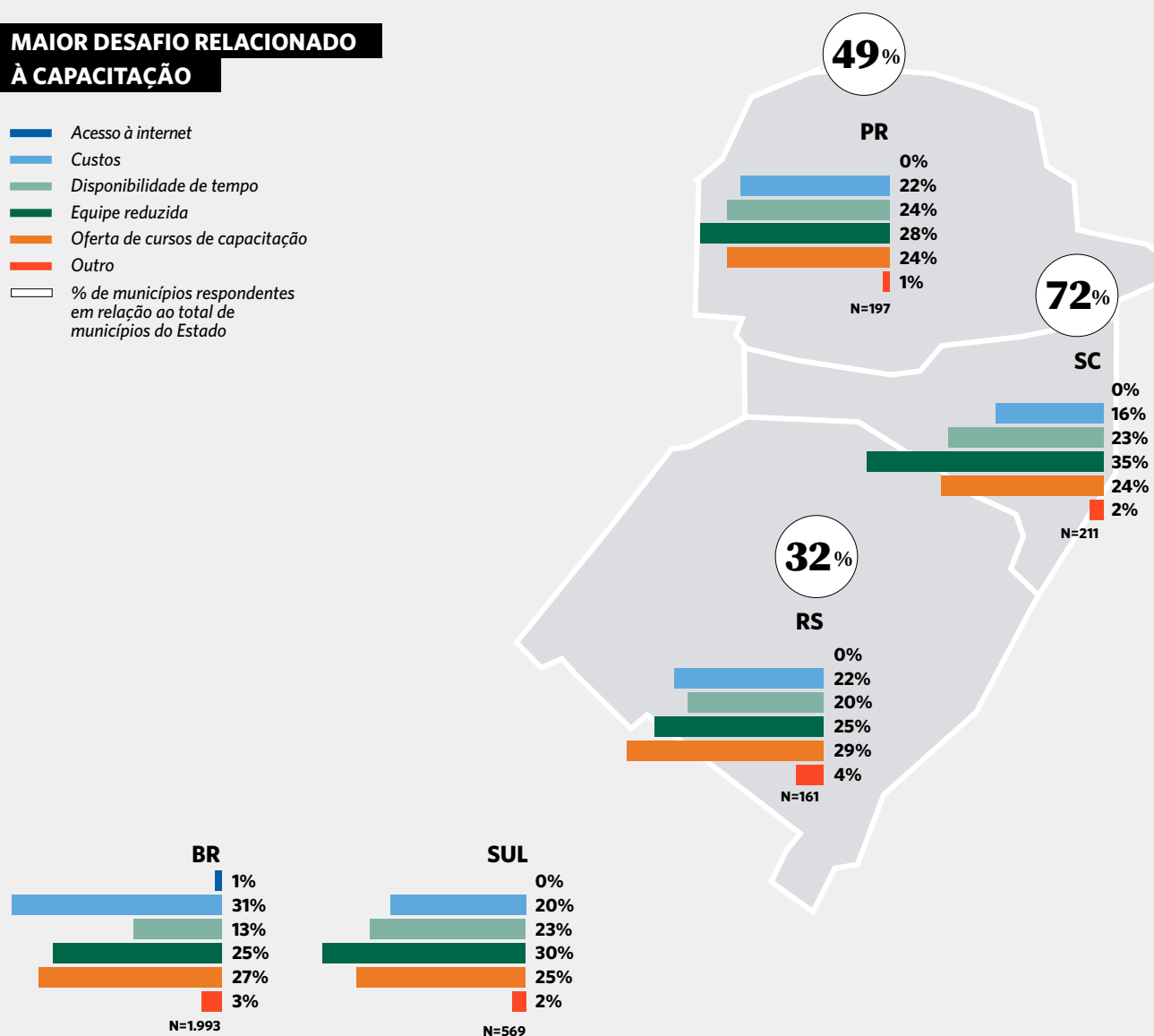
Para além dos cursos de interesse também foi importante identificar o maior obstáculo que as defesas civis municipais possuem para realizar essa capacitação. A pesquisa identificou que o maior obstáculo se divide em quatro principais fatores: equipe reduzida (30%), falta de oferta de cursos (25%), disponibilidade de tempo (23%) e custos (20%).

PORCENTAGEM DE DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS COM UM A DOIS INTEGRANTES NA EQUIPE



MAIOR DESAFIO RELACIONADO À CAPACITAÇÃO

- Acesso à internet
- Custos
- Disponibilidade de tempo
- Equipe reduzida
- Oferta de cursos de capacitação
- Outro
- % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



Os grupos focais
foram um
espaço direto de
participação
dos representantes
e técnicos dos
órgãos estaduais
e municipais
de Proteção
e Defesa Civil

Questões debatidas nos grupos focais:

QUAIS SÃO OS NOSSOS SONHOS EM RELAÇÃO À DEFESA CIVIL?

Reconhecimento dos gestores do município sobre a importância de trabalhar na mitigação e prevenção.

Conseguir que o ciclo de gestão de riscos seja efetivado nos municípios.

Linha única de entendimento das funções de defesa civil, sobre o que é a PNPDEC

Que as funções de defesa civil não sejam confundidas com a de outras secretarias pela população.

Uma defesa civil atuante, com o comprometimento público, privado: e a população tendo um só entendimento do que é a defesa civil e quais são suas atribuições.

Ter uma política de prevenção eficaz, para que não seja necessário remover a população no período de cheias.

Ter continuidade na execução dos projetos e cumprimento de prazos.

Que a prefeitura consiga remover a população que ocupa as áreas de risco e que a população não retorne a ocupar irregularmente essas áreas.

Organização logística em parceria com outras secretarias para, por exemplo, a entrega de materiais à população.

Linha única de entendimento das funções de defesa civil, sobre o que é a PNPDEC

Captar recursos para projetos de macroestrutura do município.

Revisão e cumprimento de metas do plano diretor, plano de resíduos sólidos, saneamento e participação da defesa civil em tais planos

Diminuir a população atingida por desastres à beira do rio.

Participação das defesas civis no planejamento financeiro dos municípios.

Fiscalização de áreas que não podem ser ocupadas.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA SE ATINGIR ESSES SONHOS?

Principais desafios estão na gerência de recursos financeiros e fortalecimento nas políticas públicas voltada aos pequenos municípios

Ter mais capacitações, as da Defesa Civil Estadual ainda são modestas e é preciso buscar ativamente outros cursos, outros conhecimentos

Necessário atualizar os recursos (computador, recursos). Ter recursos antes do desastre

Equipe reduzida para produção de relatório e ações de defesa civil, necessidade de insistência para conseguir estagiária.

Ter esse foco em defesa civil, não dividir em outra secretaria

Ter os desafios de inundação e secas em áreas urbanas e rurais, distantes da sede.

Atuação na comunidade, de precisar fazer orientações

COVID-19

Todos lembram da defesa civil apenas na emergência, mas não no antes

Atuação contínua que depende da estrutura, autonomia

Só tem recursos se estiver em situação de emergência, desastre, fora essa, quase não tem recursos

Colocar na cabeça do gestor que precisamos de mais tempo e ferramentas para desenvolver melhor o trabalho, por isso a importância de capacitação do gestor público, para ele reconhecer as ações da defesa civil

Número de membros da equipe insuficiente em caso de emergências, precisando atuar junto a outros atores, como os bombeiros. Membros como voluntários, seria interessante ter um cargo.

O conselho, coordenadoria precisa de apoio da legislação que não pode se tornar uma secretaria ou coordenadoria a mais, se tornar o órgão independente para buscar recursos e trabalhar com as próprias pernas.

O QUE PODEMOS FAZER PARA SUPERAR TAIS DESAFIOS?

Ter uma diretriz que indique a quantidade de efetivo de defesa civil x quantidade de pessoas do município.

Buscar mais envolvimento da Comissão do município o para atuar

Preparação contínua

Criação de lei para repasse de verbas

Ter comunicação com a defesa civil estadual

Incluir a defesa civil na distribuição de veículos, equipamentos. Que órgãos façam doações

Saber se comunicar com a população

Diminuir o acúmulo de funções

Que o gestor faça investimentos na defesa civil ou que parta de outra esfera (federal)

Continuidade da gestão para efetivar/ desenvolver o trabalho

Articulação com os demais órgãos e secretarias, manter o elo.

Conhecer as verbas disponíveis para não perdê-las

Convidar voluntários/ ter voluntariado para atuar

Capacitar a defesa civil

Montagem de equipe técnica para desenvolver projetos e conseguir recursos

Ter conhecimento dos gestores de defesa civil para não perder recursos financeiros

Normativas para cidades que possuem condições específicas para atuar

Ter suporte de recursos humanos e financeiros

Estar capacitado para solicitar recurso.

Gestão organizada

Procurar a Polícia Federal para solicitar veículos. Procurar a justiça federal com justificativa sobre a necessidade e também a Receita Federal, para obtenção de recursos, equipamentos e veículos

Os dois grupos focais da Região Sul responderam três perguntas relacionadas a:

- i) sonhos em relação à defesa civil;
- ii) desafios para se atingir esses sonhos; e,
- iii) propostas para superar estes desafios a fim de atingir seus sonhos.

Os sonhos compartilhados pelos participantes contemplaram os três eixos do projeto: estruturação, capacitação e governança. Como exemplos, pode-se mencionar: melhor estrutura de defesa civil, tanto em termos de recursos materiais e financeiros, quanto para a profissionalização da atividade.

O foco na capacitação e na reivindicação por uma carreira estruturada foram citados como sonhos comuns nos dois grupos focais virtuais da Região Sul. Essa capacitação foi mencionada como um desejo em todos os níveis, desde cursos mais básicos até mestrados e doutorados no tema.

Em termos de estrutura, além do sonho de se ter um fundo municipal de defesa civil, o desejo por uma sede própria foi muito mencionado. Como relatou um dos participantes:

“nosso sonho seria sede própria, com equipamentos e recursos humanos para prestar um trabalho em condições ideais para realmente minimizar os danos no município.”

Outro participante levantou questão corroborada por diversos presentes, quando exaltou o sonho de:

“realocar as pessoas de áreas atingidas, de modo que elas não precisassem mais passar por situações de desastres”

Ao mesmo tempo, contudo, fez uma observação de que isso não estava ao alcance das defesas civis (em alguns casos, nem as prefeituras possuíam recursos para isso). Tal percepção foi reforçada por outros participantes. Um deles chegou a dizer que desejava

“ver o rio subir e não precisar remover ninguém”.

Os sonhos também se referiram à necessidade de mais segurança e proteção para os agentes e equipes da defesa civil municipal que se expõem a situações críticas e às condições insalubres e perigosas (a pandemia foi o exemplo comum). Por fim, a influência de ações políticas sobre atividades de defesa civil também foi mencionada. Um dos participantes desejou

“que a gestão de riscos e a atuação da defesa civil não sejam encaradas como disputa política, mas como pilar vital para o município e para os atores sociais como um todo”.

Outros manifestaram o desejo de que a

“defesa civil não tenha apenas cargos políticos, mas também funcionários concursados”.

Outro acrescentou:

“E que se tenha reconhecimento por parte do gestor em relação à importância do trabalho da defesa civil”

Esse aspecto da governança foi representado como uma forma de estruturar melhor a defesa civil e, assim, poder atender às necessidades da população. No entanto, ressaltaram que tanto a governança, quanto a estruturação estão atreladas a um processo de capacitação adequada às necessidades e aos desafios das defesas civis municipais. Para os participantes, a falta de capacitação dificulta uma atuação sistêmica na gestão de risco de desastres. Sustentaram que seria um sonho receber recursos financeiros não apenas na fase de resposta ao desastre.

Ao refletirem sobre os desafios, a profissionalização foi mencionada como um pilar primordial para a continuidade da execução dos projetos e de seus orçamentos, sendo citada como fator anterior à captação de recursos, já que um profissional que não possui profissionalização não consegue gerir os recursos de maneira eficaz. Uma das participantes sintetizou a interdependência entre estes fatores: “padroniza [sinônimo de profissionalização para ela], capacita, investe”. Ao longo das discussões, os participantes citaram diversos desafios que se relacionam à esta interdependência entre profissionalização, capacitação e investimento.



Os participantes dialogaram sobre desafios como: necessidade de gerenciamento de recursos financeiros; falta de valorização da profissão; quantidade insuficiente de profissionais na equipe, sobretudo em casos de emergência; necessidade de mais tempo e ferramentas para desenvolver as atividades; capacitação do gestor público para que conheça melhor a política nacional e reconheça o papel da defesa civil no município.

Interessante destacar que a necessidade de ter uma sede própria (estrutura) e a superação da insegurança dos agentes e dos coordenadores nos momentos de definir e executar as ações foram mencionadas tanto como “sonho”, quanto como “desafio”. Salientaram ser negativo o fato do município não ser obrigado a ter uma estrutura de defesa civil, mas somente um representante.

Outro desafio, de acordo com os participantes, está na melhoria da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) no que diz respeito ao fortalecimento de parte de atribuições dos pequenos municípios (relacionado ao eixo da governança). O grupo mencionou que há dúvidas sobre o que é ou não obrigação dos municípios, como e quando fazer/ executar e isso dificulta o trabalho, pois na defesa civil não se observa uma unanimidade de fala ou ações por partes das defesas civis. Nesse sentido, observaram a necessidade de maior amparo jurídico para ações.

A dotação orçamentária foi outro desafio apontado. Embora ver a defesa civil incluída na dotação orçamentária tenha sido um sonho mencionado por alguns, os mais experientes alertaram que as dívidas do município muitas vezes inviabilizam a dotação orçamentária para a defesa civil. Poder atuar autonomamente, sem depender de outras secretarias apareceu como sonho e desafio.

A falta de continuidade no trabalho da defesa civil, por conta da troca da administração pública, foi um desafio reiterado por todos. Também se falou da necessidade de desmilitarização da defesa civil, a fim de dar mais espaço para outras áreas/profissionais.

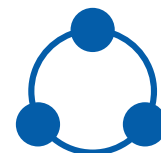
De modo geral, vários pontos foram enfatizados:

- Necessidade de busca de recurso e a morosidade em sua obtenção;
- Necessidade de ajuda mútua como uma opção efetiva para operar a gestão de riscos e de desastres, uma vez que se veem impossibilitados pela ausência de amparo legal para operar em jurisdição de outro município;
- Poucos recursos para responder a situações de incêndios, por exemplo. Relatou-se a falta de carros de bombeiros e de suporte para esse tipo de ocorrência;
- Dificuldades de comunicação, infraestrutura, deslocamento e meios para atuação em áreas rurais foram apontadas diversas vezes, situações em que ocorrem atuações improvisadas, com recursos locais e forte dependência do apoio comunitário para responder às emergências;
- Coordenadores das defesas civis desempenham mais de uma função na prefeitura e não atuam exclusivamente na defesa civil, o que prejudica os trabalhos desenvolvidos;
- Baixa capacidade de planejamento, sobretudo nas atividades de prevenção e mitigação. Isso se reflete nas ações desenvolvidas com pessoas idosas nessas áreas rurais. Segundo alguns participantes, algumas variáveis não são consideradas no planejamento das ações preventivas, de preparação ou resposta junto a este segmento etário.

Ao serem questionados sobre como superar os desafios que identificaram, os participantes discutiram coletivamente e sugeriram várias propostas, dentre as quais se destacaram:

- ter uma secretaria própria;
- destinação de recursos federais para equipar as defesas civis municipais.

Como proposta em termos de estruturação, surgiu o exemplo de uma prática buscada por uma defesa civil participante da atividade. Trata-se da procura pela Polícia Federal, Justiça Federal e até Receita Federal para solicitação de veículos apreendidos. Dentre as propostas também se incluem a formulação de projetos que tenham como objetivo a obtenção de recursos; a melhoria da legislação federal no sentido de que os municípios consigam ter recursos próprios e autonomia; além do reconhecimento da atuação profissional por meio de cargos e premiações pelo desempenho.



64%

**DAS DEFESAS CIVIS
ENTREVISTADAS DIVIDEM O
ESPAÇO FÍSICO COM OUTRAS
SECRETARIAS OU ÓRGÃOS**



48%

**DAS DEFESAS CIVIS NÃO
PARTICIPAM DE INICIATIVAS DE
RRD COM MUNICÍPIOS VIZINHOS**

A participação da defesa civil nos planos municipais e a necessidade de captar recursos para projetos que irão afetar a macroestrutura da cidade foram proposições apresentadas para prover moradias seguras às pessoas residentes em áreas de risco. A permanência de pelo menos um membro na troca de gestão, quando não há concursados do quadro permanente da defesa civil, também foi mencionada nas respostas à pergunta “como superar os desafios?”.

No aspecto da governança, a necessidade de elaboração de diretrizes mais claras e diretas acerca da gestão de risco e de desastre no município, assim como normativas sobre o funcionamento da defesa civil foram bastante reiteradas. A necessidade de um alinhamento entre as defesas civis municipais, no sentido de implementar uma padronização nacional em termos de atuação, também foi um aspecto reforçado por muitos. Seria necessário, segundo um dos participantes,

“criar um nivelamento do que é defesa civil para todos os envolvidos”. [Do contrário], “cada município trabalha defesa civil como quer”.

A necessidade de ajuda mútua como uma opção efetiva para operar a gestão de riscos e de desastres não só foi mencionada como uma proposição, mas como desafio. Para superá-la, os presentes citaram os consórcios públicos como uma estratégia. O eixo governança foi bastante lembrado (ainda que ninguém utilizasse o termo), ao se enfatizar a necessidade de uma educação ou sensibilização geral (para gestores, parceiros intra e interinstitucionais, população, etc.) sobre o papel e as atribuições da defesa civil.

A necessidade da defesa civil não ser lembrada só na resposta ao desastre foi um ponto comum, revelando que os participantes têm dificuldades em atuar na prevenção e mitigação pela falta de reconhecimento dessas frentes. Um dos respondentes afirmou que

“gestores dos municípios precisam compreender que trabalhar com mitigação e prevenção é essencial”;

Enquanto outro afirmou que

“nem sempre o município vê com bons olhos a defesa civil”.

A comunicação (entre as secretarias, com os gestores e com a população) foi citada tanto como desafio quanto proposta, sendo considerada pelos participantes uma atividade meio para executar suas funções de defesa civil.

Participantes relataram que o fomento de políticas mais específicas, assim como a falta de diálogo entre as instituições (problema de comunicação) afetam o desenvolvimento das atividades de defesa civil. Neste processo, a falta de uma fala comum e convergente entre defesa civil, ministério público e poder judiciário foi comentada. Os participantes trouxeram como exemplo o projeto do tribunal de justiça que propõe a regularização das áreas invadidas, algo que repercute no trabalho de defesa civil.

Questão inovadora levantada neste sentido foi a hipótese de responsabilização das pessoas que retornam a essas áreas. A justificativa para esta proposição foi a de que a sensação de impunidade faz com que as pessoas não respeitem o estabelecido quando da retirada da população da área de risco. Apesar de fazerem esta observação, algumas defesas civis municipais destacaram a realidade das realocações ainda não serem pensadas de maneira a respeitar o padrão de histórico de proximidade do trabalho, da família e do lazer dos realocados.



Propostas

6%

DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS
OFERECEM CURSOS AOS NUPDECS

53%

DAS DEFESAS CIVIS UTILIZAM
REDES SOCIAIS PARA
COMUNICAR SUAS AÇÕES

Conclusão

A **PESQUISA** municipal em proteção e defesa civil para a **REGIÃO SUL** foi realizada entre 2 de fevereiro e 26 de maio de 2021.

Nesse período foram levantadas as capacidades e necessidades das defesas civis municipais considerando os eixos de estruturação, capacitação e governança.

A pesquisa utilizou três instrumentos de pesquisa:

- i) questionário online, respondido entre 18 de fevereiro e 26 de maio de 2021, por 569 municípios;
- ii) entrevistas em profundidade, realizadas com os municípios de Novo Hamburgo (RS), Garopaba (SC), Umuarama (PR) e Foz do Iguaçu (PR), a fim de propiciar maior detalhamento às necessidades e capacidades; e,
- iii) grupos focais virtuais com 35 municípios, a fim de propiciar espaços de discussão coletiva para estabelecer consensos.

A partir da triangulação dos dados oriundos desses instrumentos de pesquisa foram identificados os principais resultados em relação aos três eixos. No que se refere à estruturação, a falta recursos financeiros e humanos foram os desafios mais citados entre os participantes da pesquisa. A maior parte das defesas civis divide espaço físico com outro setor ou não dispõe de espaço próprio, e conta com equipes reduzidas, de uma a duas pessoas. A inexistência de viaturas próprias e telefone fixo é realidade de boa parte das defesas civis da Região Sul.

Quanto às necessidades de capacitação, destacaram-se dois temas principais:

- i) capacitação básica em proteção e defesa civil,
- ii) atualização e formação continuada. Por outro lado, as defesas civis municipais se sentem capacitadas para declarar situação de emergência ou estado de calamidade pública e avaliar e informar danos materiais. Apesar de se sentirem capacitadas para promover a interação com a população, ainda são poucas as defesas civis que oferecem cursos aos NUPDECs.

Sobre o eixo governança, nota-se que as necessidades identificadas foram relativas ao apoio para fiscalizar e coibir ocupações e construções em áreas de risco, para o trabalho preventivo com a população, e para promover o reconhecimento do papel da defesa civil pela gestão municipal.

As defesas civis da Região Sul sonham com uma melhor estrutura, seja em termos de recursos materiais e financeiros, seja na profissionalização da atividade (foco na capacitação e na reivindicação por uma carreira), de modo que o trabalho não seja interrompido a cada eleição municipal. Os sonhos de uma melhor estrutura consistem em profissionais capacitados, autonomia política e financeira, e um reconhecimento por parte do poder público e da sociedade. Os sonhos também se referem à necessidade de mais segurança e proteção para os agentes de defesa civil, que se expõem a condições insalubres e perigosas.

Outros desafios destacados foram os entraves associados à busca de recursos, à insuficiência de financiamento para respostas às situações de emergência, às dificuldades de comunicação, infraestrutura, deslocamento e meios para atuação em áreas rurais, bem como à baixa capacidade de planejamento, sobretudo nas atividades de prevenção e mitigação. Os participantes identificaram várias propostas para fazer frente a tais desafios e atingir seus sonhos de defesa civil. Dentre as prioridades apresentadas estão aquelas associadas à transferência de recursos para operacionalização da defesa civil, e a criação de estratégias nacionais envolvendo União, Estados e Municípios. Ainda chamou a atenção o fato dos participantes da Região Sul terem elencado várias propostas relacionadas à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery. Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil (1995-2019)**. 2. ed. Florianópolis: FAPEU, 156p. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/danos_e_prejuizos-versao_em_revisao.pdf. Acesso em: 1 de maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 4 abr. 2021

BRITO, S. S. B. CUNHA, A. P. M. A. CUNNINGHAM, C. C. ALVALA, R. C. MARENGO J A. CARVALHO M. A. Frequency, duration and severity of drought in the Semiarid Northeast Brazil region. **International Journal of Climatology**, vol. 38, p. 517-529. Disponível em: <https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/joc.5225>. Acesso em: 1 mar.2021

CEPED (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENGENHARIA E DEFESA CIVIL) - UFSC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012**. 2. ed. Florianópolis: Ceped, 2013. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais-1991-a-2012/>. Acesso em: 1 mar. 2021

CEPED (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENGENHARIA E DEFESA CIVIL) - UFSC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Atlas Digital de Desastres no Brasil. Site. 2020**. Disponível em: www.atlas.ceped.ufsc.br. Acesso em: 1 abr. 2021

CPRM (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL). **Portal Prevenção de Desastres**. Disponível em: <https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/>. Acesso em 24 maio 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

Estimativas da população residente nos municípios brasileiros.

Data de referência: julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 8 ago. 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2019. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=destaques>.

Acesso: 31 mar. 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=downloads/>.

Acesso: 31 mar. 2021

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). **Climate change 2013: the physical science basis.**

Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. In: Stocker TF, Qin D, Plattner GK, Tignor M, Allen SK, Boschung J, Nauels A, Xia Y, Bex V, Midgley PM (eds). Cambridge University Press, Cambridge, pp 1535 In: Stocker TF, Qin D, Plattner GK, Tignor M, Allen SK, Boschung J, Nauels A, Xia Y, Bex V, Midgley PM (eds). Cambridge University Press, Cambridge, pp 1535. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-2013-the-physical-science-basis/BE9453E500DEF3640B383BADDC332C3E>. Acesso em: 1 fev. 2021.

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). Global warming of 1.5°C. In: **An IPCC Special Report on**

the Impacts of Global Warming of 1.5°C above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context

of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty; Masson-Delmotte, P., Zhai, H.O., Pörtner, D., Roberts, J., Skea, P.R., Shukla, A., Pirani, W., Moufouma-Okia, C., Péan, R., Pidcock, S., et al., Eds.; World Meteorological Organization: Geneva, Switzerland, 2018. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2018/12/SR15_TS_High_Res.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

MAGRIN, G.O., J.A. MARENGO, J.-P. BOULANGER, M.S. BUCKERIDGE, E. CASTELLANOS, G. POVEDA, F.R. SCARANO, AND S. VICUÑA. Central and South America. In: **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part B: Regional Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [Barros, V.R., C.B. Field, D.J. Dokken, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L. White(eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1499-1566. 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap27_FINAL.pdf. Acesso

MARENGO J.A., SOUZA C.M., THONICKE K, BURTON C., HALLADAY K., BETTS R.A., ALVES L.M. AND SOARES W.R. Changes in climate and land use over the amazon region: current and future variability and trends. **Frontiers in Earth Science**. Vol. 21, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feart.2018.00228/full>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MARENGO, J A. ALVES L M. ALVALA, R.C.S., CUNHA A P; BRITO, S., MORAES O. L.. Climatic characteristics of the 2010-2016 drought in the semiarid Northeast Brazil region. **Anais da Academia Brasileira de Ciências** 23(1); 21-28, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/MTyRKxxGcdwCvVhGNJNTrbG/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Anuário brasileiro de desastres naturais: 2013**. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. – Brasília: CENAD, 2014. 106p.: il. color; 29,7cm. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Anurio-Brasileiro-de-Desastres-Naturais-2013.pdf>. Acesso em 2 fev. 2021.

SEDEC (SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL). **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID**. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml>. Acesso em 1 jul. 2021

